

**Universidade Federal de Santa Catarina**

Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância

Leland McCleary (USP)  
Evani Viotti (USP)

# **Semântica e Pragmática**



Florianópolis

2009

# Sumário

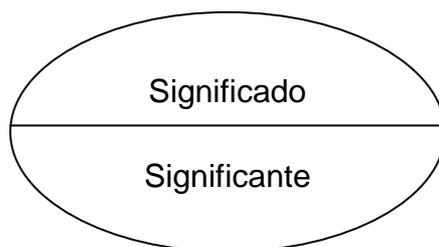
Unidade 1. Conceito e conceitualização .....	4
1.1 O objeto de estudo da Semântica e da Pragmática .....	4
1.2 O que são conceitos e conceitualização .....	7
Unidade 2: Categorização .....	11
2.1 O que é categorização .....	11
2.2 A noção clássica de categoria e os problemas que ela apresenta ....	12
2.3 A teoria de protótipos .....	14
2.4 As noções de esquema e instância, e de hiponímia e hiperonímia ...	15
2.5 Conceitos de nível básico .....	17
2.6 Hiponímia, hiperonímia e acarretamento semântico .....	19
Unidade 3: A lógica .....	22
3.1 A lógica aristotélica .....	22
3.2 A importância da lógica .....	25
3.3 As limitações de uma semântica baseada na lógica .....	26
3.3.1 A decomposição lexical .....	26
3.3.2 A composicionalidade .....	29
3.4 Conclusão .....	33
Unidade 4: As redes de conceitualização .....	34
4.1 A natureza enciclopédica do significado .....	34
4.2 O conhecimento enciclopédico .....	34
Unidade 5: O dicionário .....	38
5.1 O objetivo e os usos do dicionário .....	38
5.2 Como achar informações no dicionário .....	39
5.3 A estrutura de uma "definição" .....	41

5.3.1	Hiponímia.....	42
5.3.3	Sinonímia e antonímia .....	44
5.4	Ambigüidades .....	44
5.4.1	O que é uma ambigüidade?.....	44
5.4.2	Homonímia.....	45
5.4.3	Polissemia .....	46
Unidade 6:	Dêixis e atos de fala.....	48
6.1	Introdução.....	48
6.2	Expressões dêíticas.....	49
6.3	Atos de fala.....	52
6.4	Conclusão.....	55

## Unidade 1. Conceito e conceitualização

### 1.1 O objeto de estudo da Semântica e da Pragmática

Vamos retomar algumas noções que foram estudadas no curso de Introdução aos Estudos Lingüísticos, quando vocês foram apresentados ao pensamento de Saussure. Para Saussure, o objeto de estudo da Lingüística é o **signo lingüístico**. O signo lingüístico é uma associação de um conceito, chamado **significado**, a uma imagem acústica (ou ótica), chamada **significante**.



Estão lembrados? Tanto o significado, quanto o significante são entidades abstratas que existem na mente dos falantes de uma determinada língua. Significado e significante são, portanto, entidades mentais.

Usamos os signos para falar sobre coisas no mundo (entre outras coisas!). Por isso, temos a palavra (signo) 'mesa' para falar sobre esta mesa à qual estamos sentados para escrever este texto. Mas isso não quer dizer que o *significado* do signo 'mesa' deve ser identificado com esta mesa no mundo sobre a qual falamos. E nem que o *significante* de 'mesa' deve ser identificado com os sons (ou gestos) que usamos para pronunciar a palavra.

O significado não é a mesa (o objeto físico) em si, mas a *representação mental* que temos do objeto. Do mesmo modo, o significante desse signo não é o som [meze], mas a representação mental que os falantes de português fazem desses sons, que os ajuda a reconhecer o signo 'mesa' quando ele é pronunciado, e a saber como o signo deve ser pronunciado.

O que é importante é que o signo estabelece uma **relação simbólica** entre um significado e um significante. O que isso quer dizer? Quer dizer que, quando pronunciamos a seqüência fonológica /meza/, necessariamente designamos o conceito [MESA]. O signo é isso: uma relação simbólica inseparável entre significado e significante. E já que a língua é um sistema de signos, isso significa que a língua é simbólica. Cada vez que pronunciamos ou sinalizamos palavras, sentenças ou discursos inteiros, estamos designando conceitos.

Como vocês já viram em cursos anteriores, a Fonologia é a área da Lingüística que estuda o significante. E quais áreas da Lingüística estudam o significado? São justamente a Semântica e a Pragmática. Ou seja, a Semântica e a Pragmática estudam os *conceitos* que construímos em nossas mentes quando estamos diante de um signo lingüístico, seja ele uma palavra, uma sentença,

ou um texto. Assim, por exemplo, sabemos que o conceito associado a palavras como 'calvo' e 'careca', nas sentenças (1) e (2), são iguais:

- (1) O João começou a ficar calvo aos 30 anos.
- (2) O João começou a ficar careca aos 30 anos.

Ou seja, tanto o uso da palavra 'calvo', quanto o uso da palavra 'careca', nas sentenças acima, nos levam ao conceito relativo à propriedade que alguém tem de não ter cabelo.



Da mesma maneira, o conceito que formamos quando ouvimos uma sentença como (3) é semelhante ao conceito que formamos quando ouvimos uma sentença como (4):

- (3) A Maria ainda acredita que o Pedro ganhou na loteria.
- (4) A Maria continua achando que o Pedro ganhou na loteria.

Vamos considerar, agora, uma sentença como a seguinte:

- (5) A porta está aberta.

Qual é o conceito que formamos quando ouvimos uma sentença como essa, fora de contexto? Em termos bem intuitivos, formamos o conceito de um objeto físico que serve para marcar o ponto de entrada ou saída de uma sala, e o de que esse objeto físico não está obstruindo nem a entrada, nem a saída de ninguém dessa sala.



Mas, agora, pensem na seguinte situação. Um professor está dando aula e um grupo de alunos está fazendo a maior bagunça, conversando sem parar, e não prestando atenção à matéria que está sendo ensinada (você nunca viu isso, não é?). O professor dá uma bronca nos alunos e pede para eles ficarem quietos. Entretanto, depois de alguns minutos, eles continuam a conversar e a perturbar a aula. Desta vez, o professor pára a aula, chama o nome dos alunos que estão fazendo bagunça e diz: 'A porta está aberta!' Qual é o significado dessa sentença nesse contexto? Parece ser bem diferente daquele conceito que formamos sobre a sentença (5), não é? Nesse contexto, a sentença 'A porta está aberta' é entendida como um pedido aos alunos para que se retirem da sala.

Vamos pensar agora em um outro contexto. O professor está dando aula, a porta da sala está aberta, e alguém pára do lado de fora da sala, com ar de curiosidade e interesse. O professor, em uma atitude bem simpática, se dirige a essa pessoa e diz: 'A porta está aberta' (provavelmente acompanhado de um gesto). Será que o significado dessa sentença se mantém igual ao significado formado no contexto anterior? Certamente não! Desta vez, o professor não está pedindo à pessoa que se retire de lá. Desta vez, o professor está convidando a pessoa a *entrar* e a assistir à sua aula.

Podemos multiplicar esses exemplos. Imaginemos o mesmo professor tentando dar aula, com muito barulho vindo do lado de fora. Muita gente no corredor está falando alto. Ele vira para uma aluna sentada do lado da porta e diz, baixo: 'A porta está aberta.' Nesse caso, qual é o significado da sentença? Podemos perceber qual é, quando a aluna levanta e fecha a porta! Foi um pedido de fechar a porta.

Vejam, então, como o contexto de uso dos signos lingüísticos influi na construção de seu significado.

Algumas correntes teóricas fazem uma separação entre o estudo do significado das expressões lingüísticas analisado fora de contextos de uso (como fizemos quando apresentamos a sentença (5)), e o estudo do significado das expressões em situações de uso (como fizemos quando apresentamos os três contextos de sala de aula, acima). As teorias que fazem essa divisão consideram que o estudo do significado lingüístico com base apenas no sistema da língua -- fora de contexto de uso -- é o objeto específico de estudo da Semântica. Diferentemente, o estudo do significado das expressões lingüísticas em contextos de fala é o objeto específico da Pragmática. Para essas teorias, a análise da sentença *A porta está aberta* que descreve seu significado como sendo o de um objeto físico que não está obstruindo a entrada ou saída de uma sala é parte da Semântica. Já a análise da conceitualização formada pelo uso dessa sentença nos contextos de sala de aula descritos acima é parte da Pragmática.

Entretanto, algumas outras correntes teóricas não aceitam a divisão tão rígida entre o âmbito de estudo da Semântica, de um lado, e da Pragmática, de outro. Para essas outras correntes, a construção de todas as conceitualizações que fazemos está associada a nossa experiência no mundo, e sempre depende, em maior ou menor grau, do contexto de fala. A divisão entre estudos

semânticos e estudos pragmáticos, para essas teorias, é apenas uma divisão didática. Neste curso, nós vamos seguir essas correntes que consideram que o objeto de estudo da Semântica e da Pragmática é o mesmo: os conceitos e a conceitualização. No item seguinte, vamos entender o que é esse objeto de estudo.

## **1.2 O que são conceitos e conceitualização**

No item anterior, nós dissemos que o significado de um signo lingüístico não é um objeto no mundo ao qual o signo faz referência. O significado é uma entidade abstrata. Nós estávamos falando sobre o signo 'mesa'. Existem milhões de mesas no mundo, cada uma diferente da outra: algumas maiores, outras menores, algumas de madeira, outras de metal, algumas redondas, outras retangulares. Se o signo 'mesa' associasse uma pronúncia a uma mesa específica, nós teríamos que dizer que o signo 'mesa' tem um significado diferente para cada objeto mesa que existe no mundo. Não é isso o que acontece. Nós todos temos, em nossas mentes, uma 'idéia' de mesa, uma abstração que nos faz saber o que é uma mesa, e que nos ajuda a reconhecer uma mesa quando estamos diante de uma, não importa qual seja sua forma, o material de que é feito, seu tamanho, ou qualquer outra peculiaridade que ela tenha. Essa 'idéia' que temos de mesa é o **conceito** de mesa.

Muita gente tende a achar que um conceito corresponde a uma imagem pictórica mental. Mas essa idéia é errada. Primeiro, porque um grande número de signos de uma língua designa coisas que não são fácil ou diretamente imaginadas pictoricamente. Qual seria a imagem pictórica de um signo como 'ar', por exemplo? Ou 'ternura'? Ou 'amizade'? E qual seria a imagem pictórica de conceitos associados a adjetivos como 'honesto', 'seguro', 'bom'. E dos conceitos associados a verbos como 'ser', 'estar' ou 'ter'? E dos conceitos associados a preposições como 'de', 'por', 'com'?

Além disso, mesmo quando estamos tratando de objetos concretos, a imagem mental que fazemos dele acaba sendo ou muito específica ou muito genérica. Vamos fazer uma imagem mental de um pássaro, por exemplo. Ela pode ser muito específica, apresentando certos detalhes que certamente não correspondem às características de todos os pássaros que vamos encontrar por nossa vida afora. Nossa imagem pictórica mental pode, por exemplo, apresentar penas de diversas cores, um bico forte, asas grandes, e uma cauda majestosa. Mas nós certamente vamos encontrar muitos pássaros com penas de uma cor só, bico minúsculo, asas pequenas e caudas que são até difíceis de perceber. Mesmo assim, quando encontramos um pássaro com essas características, não vamos ter problemas em reconhecer que se trata de um pássaro.



Por outro lado, podemos fazer, em nossas mentes, uma imagem pictórica de pássaro que seja muito esquemática, ou genérica. Uma imagem esquemática é muito abstrata, não apresenta muitos detalhes. Essa imagem também vai ser problemática, na medida em que ela vai acabar não trazendo informações suficientes a respeito de muitas características que fazem, de uma determinada entidade, um pássaro, e pode acabar não nos ajudando a reconhecer um pássaro quando encontramos um.

O que acontece é exatamente o contrário dessa idéia de que conceitos são imagens pictóricas mentais. Nós somos capazes de criar uma imagem pictórica mental de pássaro porque temos o conceito de pássaro, e baseamos nossa imagem nesse conceito. Mas ter o conceito de um objeto não exige que nós formemos uma imagem mental desse objeto.

Afinal, o que é um conceito? Alguns teóricos propõem que um conceito é um **princípio de categorização**. Quando temos um conceito como [PÁSSARO] sabemos o que é um pássaro. Esse conceito é que faz com que reconheçamos um pássaro quando estamos diante de um. A partir desse momento, nós sabemos que podemos usar o signo 'pássaro' para fazer referência aos pássaros que encontramos. Nós sabemos que pássaros são animais, que, em geral, têm penas e voam, que têm bicos, que emitem um certo tipo de som, que têm pés que lhes permitem agarrar coisas e que os ajudam a se segurar em galhos das árvores onde pousam, que podem ser apreendidos pelos seres humanos e mantidos em gaiolas como animais de estimação, etc. Todos esses aspectos fazem parte do conceito [PÁSSARO]. Da mesma forma, e pelo mesmo processo, sabemos também que algumas entidades não são pássaros. Toda vez que usamos a palavra pássaro para fazer referência a dois animais diferentes (como um pardal e uma galinha, por exemplo), estamos fazendo um ato de categorização. Ou seja, estamos reconhecendo que esses dois animais diferentes têm características em comum a tal ponto que podem, ambos, ser enquadrados na categoria PÁSSARO.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Embora as relações entre signo, conceito e categoria sejam muito próximas, elas são bem diferentes. Um *signo* é a união entre um conceito (significado) e um significante. Um *conceito* é um *princípio de categorização*. E uma categoria é um conjunto de entidades (que podem ser objetos, eventos, situações, relações ou conceitos) que têm algo em comum. Vamos grafar os signos entre aspas: 'pássaro'; os conceitos entre colchetes: [PÁSSARO]; e as categorias em maiúsculo: PÁSSARO.

Se aceitarmos essa noção de conceito, não vamos ter dificuldade para entender os conceitos de entidades abstratas, como [AMOR], [BONDADE], [INFÂNCIA], etc., nem conceitos expressos por verbos como 'ser', 'estar', 'ter', nem conceitos expressos por preposições, como 'de', 'com', etc. Por menos concretos que esses conceitos possam ser, todo falante de português sabe bem a diferença que existe entre eles. Vamos tomar, como exemplo, as expressões em (6) e (7) abaixo:

- (6) Eu vi o médico do Chico.
- (7) Eu vi o médico com o Chico.

Vimos, acima, que não é possível fazer uma imagem pictórica do conceito de uma preposição. Entretanto, quando nos deparamos com exemplos como os em (6) e (7), sabemos que a *relação* que se estabelece entre médico e Chico em (6) é diferente da relação entre médico e Chico em (7). Isso mostra que os conceitos que temos das preposições 'de' e 'com' nos ajudam a fazer categorizações adequadas a respeito das relações entre entidades. Ou seja, por causa dos conceitos que temos das preposições 'de' e 'com', colocamos as relações expressas nas sentenças (6) e (7) em categorias diferentes.

Tomemos, ainda, os seguintes exemplos:

- (8) O Chico é um bom professor.
- (9) O Chico tem um bom professor.
- (10) O Chico é bonito.
- (11) O Chico está bonito.

É impossível fazermos uma imagem pictórica mental dos conceitos de verbos como 'ser', 'estar', 'ter', etc. Entretanto, quando estamos diante de exemplos como (8), (9), (10) e (11), vemos que somos capazes de apreender os conceitos desses verbos, na medida em que somos capazes de colocar as relações estabelecidas por esses verbos em categorias diferentes. Sabemos que a relação entre Chico e um bom professor, estabelecida pelo verbo 'ser' (em (8)), é diferente da relação entre Chico e um bom professor, estabelecida pelo verbo 'ter' (em (9)). Da mesma maneira, sabemos que a relação entre Chico e bonito estabelecida pelo verbo 'ser' (em (10)) é diferente da relação entre Chico e bonito estabelecida pelo verbo 'estar' (em (11)).

Saber categorizar as relações estabelecidas por verbos ou preposições, e saber categorizar os referentes dos nomes (ou substantivos) significa saber o significado dos verbos, preposições e nomes. Essa idéia é compatível com a idéia de Saussure que vocês viram no curso de Introdução aos Estudos Lingüísticos, segundo a qual a língua é um princípio de classificação. Certamente, a língua é o instrumento mais poderoso que os seres humanos têm para fazer categorizações; ou seja, a língua é um instrumento que nos ajuda a classificar as entidades físicas e abstratas que nos rodeiam, e as relações que se estabelecem entre elas. Na próxima unidade, vamos nos deter um pouco mais na noção de categorização. Mas, antes disso, agora que já vimos o que é um conceito, vamos falar de **conceitualização**.

Como já vimos várias vezes, os signos lingüísticos são associações convencionais entre uma forma e um conceito. Mas, se pensarmos em toda a construção de significado que fazemos, quando dizemos ou interpretamos um enunciado,<sup>2</sup> vamos ver que os conceitos que formam os signos são muito limitados. Esses conceitos são apenas instruções rudimentares para darmos início a um processo de criação de idéias ricas e elaboradas, que vão além da contribuição dada pelos conceitos.

Esse processo de construção de significado é chamado *conceitualização*. Para exemplificar, vamos tomar a palavra ‘pular’. Todos nós sabemos o que essa palavra significa. Todos temos um conceito do evento de pular. Mas vejamos que, se o evento for o de pular corda, vamos estar diante de algumas maneiras bem específicas de pular: podemos pular corda tirando os dois pés do chão ao mesmo tempo, podemos pular corda tirando primeiro um pé, depois o outro, e podemos pular corda como os boxeadores fazem. Todas essas maneiras de pular são muito diferentes das maneiras que temos de pular um muro. Se o muro for baixo, podemos pulá-lo passando uma de nossas pernas por cima do muro, enquanto o outro pé fica apoiado no chão. Ou podemos correr para tomar impulso, e pular o muro como em uma corrida de obstáculos. Podemos, ainda, dar um impulso, segurar o topo do muro com as duas mãos, elevar nosso corpo até o topo, e depois pular para o outro lado. De um jeito ou de outro, quando pulamos um muro, normalmente evitamos pular de cabeça, não é? Se pularmos de cabeça, corremos o risco de nos machucar seriamente! Entretanto, se o que houver na nossa frente não for um muro, mas uma piscina, podemos pular de cabeça, se quisermos.

Vejamos, então, que embora a palavra ‘pular’ tenha um significado, ele é apenas parcialmente responsável pela conceitualização que fazemos a partir dele. Como dito acima, os signos lingüísticos trazem apenas instruções gerais para darmos início a um processo de construção de significação, que tem como base fundamental aquilo que se chama **conhecimento enciclopédico**. O conhecimento enciclopédico que cada um de nós tem é resultado de nossas experiências de vida. É porque pulamos corda em nossa infância, ou vimos outras crianças pulando corda, que sabemos que existem diferentes maneiras de pular corda, e que pular corda é diferente de pular um muro, ou de pular em uma piscina. Para construir conceitualizações a partir da expressão ‘pular’, usamos todo esse conhecimento. A expressão ‘pular’ ela mesma serve apenas para disparar esse processo de conceitualização. Na Unidade 4, vamos aprender um pouco mais a respeito do conhecimento enciclopédico que temos e que é fundamental para a construção do significado.

Mas antes, vamos estudar mais sobre a *categorização*.

---

<sup>2</sup> Um "enunciado" é o resultado de uma "enunciação", que é a língua sendo usada. Qualquer uso real da língua é um enunciado. Ele sempre vai ter um autor (a pessoa que falou) e alguma situação em que é produzido. Vai ter também uma pessoa que o interpreta e alguma situação de interpretação. No caso de um enunciado escrito (como este que estamos escrevendo aqui) ou filmado, vai haver uma situação de interpretação diferente da de produção, e a pessoa que interpreta pode nem conhecer o autor. Isso é diferente de uma situação de conversa, em que as pessoas que falam e interpretam o que é falado ocupam todas o mesmo espaço, simultaneamente.

## Unidade 2: Categorização

### 2.1 O que é categorização

Na unidade anterior, nós vimos que conceitos podem ser entendidos como um princípio de categorização. Categorização é a habilidade que nós temos de identificar as semelhanças e diferenças que percebemos que existem entre certas entidades, ou entre certas eventualidades,<sup>3</sup> ou entre certas relações, de modo a juntá-las em diferentes grupos. A categorização é fundamental para entendermos a representação do conhecimento e o significado lingüístico. Se não tivéssemos essa capacidade de agrupar vários aspectos de nossa experiência em categorias estáveis, nossa experiência seria caótica, e nós não conseguiríamos aprender nada a partir dela. É justamente porque somos capazes de agrupar elementos de nossa experiência em categorias, que nós podemos reconhecer que nós já os experimentamos alguma vez, e que nós podemos acessar nosso conhecimento a respeito deles.

Dizer que conceitos podem ser entendidos como um princípio de categorização significa dizer que a categorização dá origem a conceitos. Mas, ao mesmo tempo, a categorização depende dos conceitos. Vamos entender isso.

Por exemplo, quando vemos dois animais pela primeira vez e percebemos que eles são bastante semelhantes, criamos uma categoria para agrupar esses dois animais. Ao criar a categoria, criamos também um conceito, ou seja, uma idéia que nos ajuda a reconhecer esses animais, e que nos ajuda a fazer uma distinção entre esses animais e outros animais diferentes deles. Uma vez criada essa categoria e esse conceito, vamos incluir dentro dela todos os animais que têm alguma semelhança com os que vimos primeiro. Ou seja, uma vez criada a categoria e o conceito, vamos passar a categorizar certos animais como membros dessa categoria.

No curso de Introdução aos Estudos Lingüísticos, vocês aprenderam que, para Saussure, a língua é um princípio de classificação. Isso equivale a dizer que a língua é um princípio de categorização. Por que a língua é um princípio de classificação? Porque a língua, por meio dos conceitos associados a cada signo, ajuda o ser humano a categorizar o mundo, ou seja, a organizar sua experiência de uma certa maneira, agrupando as entidades, as situações, os eventos e as relações em várias diferentes categorias. Vocês devem se lembrar de que algumas línguas têm dois signos diferentes para expressar o que nós, em português, expressamos com um signo só. Vocês viram, por exemplo, que, enquanto em português temos apenas o signo 'porco' para nos referir tanto ao animal quanto à sua carne, em inglês existem dois signos diferentes, um para o animal (*pig*), outro para a sua carne (*pork*). Um outro exemplo que ilustra diferenças entre o português e o inglês é o do signo 'dedo' (do português) e dos signos *finger* e *toe* (do inglês). Em português, temos um único conceito, associado ao signo 'dedo', que engloba tanto os dedos das mãos, quanto os dedos dos pés. Isso significa que nós temos uma única categoria DEDO. Dedos das mãos e dos pés são membros dessa categoria.

---

<sup>3</sup> Usamos a palavra "eventualidades" para significar tanto "eventos" como "situações".

Em inglês, há dois conceitos diferentes: o conceito [FINGER], associado aos dedos das mãos; e o conceito [TOE], associado aos dedos dos pés. Os povos de língua inglesa têm, então, duas categorias: a categoria FINGER, que tem como membros os dedos das mãos; e a categoria TOE, que tem como membros os dedos dos pés. Isso mostra que os povos de língua inglesa organizam sua experiência de uma maneira diferente da maneira usada pelos povos de língua portuguesa, criando conceitos e categorias diferentes dos nossos.

## 2.2 A noção clássica de categoria e os problemas que ela apresenta

A categorização vem sendo estudada desde a Antigüidade. A noção clássica de categoria é atribuída ao filósofo grego Aristóteles.<sup>4</sup> De acordo com essa noção, as categorias são definidas em termos de um conjunto de traços **necessários e suficientes**, que uma determinada entidade deve apresentar para poder ser considerada membro dessa categoria. Por exemplo, para que uma entidade X seja considerada um membro da categoria MENINO, as seguintes características são **necessárias**: X precisa ser humano; X precisa ser masculino; X precisa ser jovem. Conjuntamente, essas três características são **suficientes** para definir que X é membro da categoria MENINO. Isso quer dizer que qualquer entidade no mundo que seja humano, masculino e jovem, tem que ser *um menino!* O conjunto dessas três características define, segundo a visão clássica, o conceito [MENINO].

Apesar de essa noção aristotélica de categoria ainda ser muito usada até hoje, ela apresenta algumas limitações, que têm sido consistentemente apontadas por filósofos, psicólogos e lingüistas. Uma delas é a de que categorias como MENINO, que podem, aparentemente, ser definidas por um conjunto limitado de condições necessárias e suficientes, não são muito numerosas. Existem muitas categorias e conceitos de que nos valem em nossa experiência cotidiana, que não podem ser entendidos por um conjunto de características necessárias e suficientes. O filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, analisando o conceito [JOGO], mostrou que é impossível fazer uma lista de características necessárias e suficientes para definir todos os jogos.

Vamos ver qual é o raciocínio de Wittgenstein<sup>5</sup>. Poderíamos pensar, inicialmente, que a categoria JOGO teria as seguintes características:

- i envolveria ganhar ou perder;
- ii envolveria mais de uma pessoa;
- iii teria regras claras e arbitrárias;
- iv envolveria diversão.

Entretanto, basta pensarmos em alguns jogos que conhecemos, para ver que essas características não são satisfeitas conjuntamente por algumas atividades

---

<sup>4</sup> Para saber mais, consulte <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arist%C3%B3teles>.

<sup>5</sup> Para saber mais sobre ele, clique em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig\\_Wittgenstein](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig_Wittgenstein).

que chamamos *jogo*. Por exemplo, jogos como o de amarelinha ou o de pular sela não envolvem ganhar ou perder. Um jogo de carta como paciência não envolve mais do que uma pessoa. Alguns jogos, como brincar de roda, por exemplo, não têm regras claras: os participantes giram em roda, cantando uma cantiga, e quando ela acaba, caem todos no chão. Por fim, muitos jogos, como os de futebol, tênis, basquete, etc., podem ser profissionais e não envolver apenas lazer e diversão.

Mesmo assim, todos reconhecemos um jogo quando vemos um, e sabemos perfeitamente que certas outras eventualidades não são jogos. Wittgenstein diz que o que permite que nós formemos o conceito [JOGO] é que, ao observar pessoas jogando, ou ao ter a experiência de jogar vários jogos diferentes, percebemos uma série de semelhanças entre eles, que ele chama de **semelhanças de família**. É como quando vemos várias pessoas de uma mesma família. Em um primeiro momento, achamos que muitas delas não se parecem umas com as outras; aos poucos, nós vamos percebendo que o nariz de uma é parecido com o nariz de uma outra, cujos olhos se parecem com os olhos de uma terceira pessoa, que tem a boca parecida com a de uma quarta pessoa, e assim por diante. Essa rede de semelhanças faz com que categorizemos as pessoas como membros da mesma família. Isso não acontece porque *todos* os membros da família têm as *mesmas* características: não existe nenhum conjunto fechado de características necessárias e suficientes. Basta que cada membro mostre *algumas* das características típicas da família, cada um do seu jeito. Da mesma maneira, percebemos que, entre os vários tipos de jogo, existem semelhanças que nos permitem agrupá-los todos dentro da categoria JOGO.

Um outro problema que a noção de categoria aristotélica apresenta é que ela implica limites bem definidos. Entretanto, estudos mais recentes têm demonstrado que os limites das categorias naturais não são nada nítidos (dizemos que eles são *fuzzy*, usando um termo do inglês). Em um estudo famoso sobre cores, feito no final dos anos 1960 nos Estados Unidos, os pesquisadores Brent Berlin e Paul Kay mostravam uma cor para várias pessoas e pediam para elas dizerem que cor era aquela. O estudo mostrou que a opinião das pessoas em relação aos exemplos de cores centrais (preto, branco, vermelho, amarelo, azul, verde) não variou muito de pessoa para pessoa, e se manteve constante, para uma mesma pessoa, em diferentes ocasiões. Diferentemente, as opiniões sobre cores limítrofes, como laranja ou cor-de-rosa ou roxo, foram bastante divergentes. Além disso, um mesmo informante, em diversas ocasiões, manifestou julgamentos diferentes em relação a essas cores. Estudos desse tipo demonstram que certas categorias não têm limites bem definidos, e que nossas opiniões sobre o pertencimento de um membro a essas categorias variam de pessoa para pessoa.

Ainda um último problema relacionado à noção clássica de categoria diz respeito à idéia de que todos os membros de uma determinada categoria têm o mesmo estatuto. Na visão aristotélica, uma vez que alguma entidade tenha sido considerada membro de uma categoria (porque ela manifesta todas as características necessárias e suficientes), ela vai ter um estatuto igual ao dos demais membros. Entretanto, as pessoas intuitivamente sabem que existem diferenças entre os membros de uma mesma categoria. Alguns membros são

melhores exemplos da categoria que outros! Esses membros são chamados **centrais**. Por exemplo, aqui no Brasil, quando consideramos a categoria FRUTA, em qual fruta pensamos? Provavelmente, quase todos concordamos que pensamos em maçã, laranja ou banana. Certamente não pensamos em tâmara, tomate ou azeitona. Em um país como o nosso, frutas como tâmara, tomate ou azeitona não são membros centrais da categoria FRUTA; frutas como maçã, laranja e banana são membros centrais da categoria.

### 2.3 A teoria de protótipos

A mais conhecida teoria desenvolvida em oposição à visão clássica de categorias é conhecida como **teoria de protótipos**. Essa teoria surgiu a partir dos estudos experimentais feitos pela psicóloga americana Eleanor Rosch<sup>6</sup> e seus colaboradores. Esses pesquisadores demonstraram, por meio de uma série de experimentos, que categorias conceituais naturais são estruturadas a partir dos **melhores exemplares** da categoria. Ou seja, as categorias são estruturadas a partir dos exemplares que primeiramente vêm à mente de um grande número de pessoas, quando perguntadas sobre qual seria um exemplo de membro daquela categoria. Esses melhores exemplares são chamados **protótipos**. Os protótipos são os membros centrais de uma categoria. Em uma cultura como a nossa, por exemplo, maçã é um protótipo de FRUTA. Qual seria nosso protótipo de VERDURA? E de LEGUME?

A escolha dos melhores exemplares de uma categoria apresenta importantes correlações com certos aspectos de nossa cognição. Essas correlações são chamadas **efeitos de protótipo**. Dois dos efeitos de protótipo mencionados na literatura são os seguintes:

- quando pedimos às pessoas que façam uma lista dos membros de uma determinada categoria, os melhores exemplares da categoria vão aparecer no topo da lista; no caso da categoria FRUTA, por exemplo, em um país como o nosso, o exemplar 'maçã' geralmente aparece em primeiro lugar;
- as crianças tendem a adquirir primeiramente as palavras que se referem aos membros prototípicos de uma determinada categoria; dessa forma, crianças brasileiras tendem a adquirir a palavra *maçã* antes da palavra *damasco*, por exemplo.

Nos termos da teoria de protótipos, as categorias não têm limites definidos. Alguns teóricos chegam mesmo a afirmar que as categorias não têm quaisquer limites. A idéia é a de que só os protótipos podem ser considerados membros inquestionáveis de uma categoria. Os demais membros vão ser mais ou menos pertinentes a uma categoria, dependendo de sua semelhança com o protótipo (lembrem-se da idéia de semelhança de família, proposta por Wittgenstein, mencionada acima!).

---

<sup>6</sup> Veja a foto dela em <http://psychology.berkeley.edu/faculty/profiles/erosch.html>.

Em princípio, não existe nenhuma regra sobre quanto um exemplar pode se afastar do protótipo e ainda ser considerado um membro da categoria. Algumas pessoas podem ser mais observadoras do que outras e perceber semelhanças entre o exemplar e o protótipo que passam despercebidas por outras pessoas. Essas pessoas mais observadoras vão certamente incluir o exemplar na categoria; as outras pessoas vão tender a deixá-lo de fora.

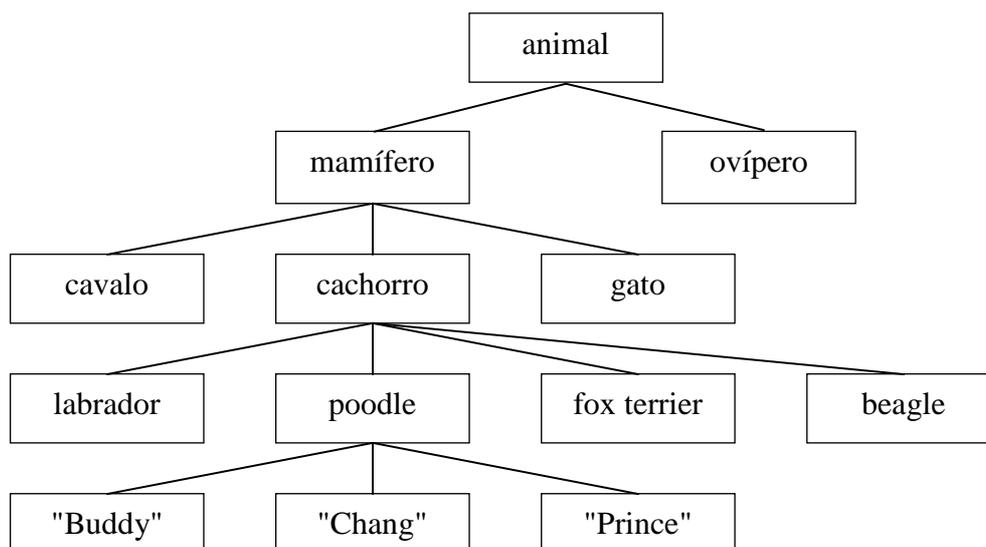
Desse modo, voltando a tomar como exemplo a categoria FRUTA, o exemplar 'maçã' seria inquestionavelmente considerado um membro da categoria. Outros, como 'pêra', 'laranja', 'banana', etc. também tenderiam a ser considerados membros da categoria, por causa de alguma semelhança que tenham com o protótipo 'maçã'. Essa semelhança pode estar relacionada ao formato físico dessas entidades, à sua função, ou a qualquer aspecto da experiência que as pessoas têm com essas entidades (como o lugar onde são vendidos e guardados em casa, ou as circunstâncias em que são comidas). Diferentemente, um exemplar como 'azeitona' seria visto como uma entidade que se afasta muito do protótipo. Muitas pessoas devem ficar sem saber se 'azeitona' é ou não um membro da categoria FRUTA.

#### **2.4 As noções de esquema e instância, e de hiponímia e hiperonímia**

As categorias e os conceitos a elas associados são organizados em uma estrutura hierárquica. Categorias e conceitos diferem no que diz respeito ao nível de detalhe com que eles são definidos. Uma categoria como ANIMAL, por exemplo, é mais abrangente do que uma categoria como MAMÍFERO. Ou seja, o conceito [ANIMAL] categoriza todos os seres que não são vegetais ou minerais. Já o conceito [MAMÍFERO] diz respeito a apenas um sub-tipo de animal. É indiscutível que [ANIMAL] é menos detalhado do que [MAMÍFERO]. Nós categorizamos muitas entidades como animais: alguns são mamíferos, como cachorros, gatos e cavalos; mas outros não são, como as aves, os peixes e os insetos. A relação entre os conceitos [ANIMAL] e [MAMÍFERO] se estabelece em termos de especificidade: o conceito [MAMÍFERO] é mais específico e detalhado do que o conceito [ANIMAL]. Além disso, eles se relacionam porque um mamífero é um animal. Esse tipo de relação é uma relação entre um **esquema** e suas **instâncias**. O esquema é definido em termos bastante genéricos, ou abstratos. As instâncias carregam as características do esquema e adicionam a elas algumas especificações. Dizemos, então, que o conceito [ANIMAL] é esquemático, e que o conceito [MAMÍFERO] é uma instância do conceito [ANIMAL].

Vamos pensar, agora, na relação entre dois conceitos como [MAMÍFERO] e [CACHORRO], por exemplo. É indiscutível que [MAMÍFERO] é menos detalhado do que [CACHORRO]. Nós categorizamos muitas entidades como mamíferos: cachorros são mamíferos, mas gatos também são, cavalos também, macacos, ursos e homens são todos mamíferos. Portanto, na relação entre [MAMÍFERO] e [CACHORRO], [MAMÍFERO] é um esquema do qual [CACHORRO] é uma instância. Agora, vamos pensar na relação entre o conceito [CACHORRO] e os conceitos [LABRADOR], [POODLE], [FOX TERRIER], [BEAGLE]. Certamente, [CACHORRO] é menos específico do que esses conceitos que dizem respeito a várias raças de cachorro. Portanto, agora, [CACHORRO] é um esquema e [LABRADOR], [POODLE], [FOX TERRIER], [BEAGLE] são instâncias do esquema [CACHORRO].

Podemos representar essas relações por meio da figura abaixo:



Na figura, o conceito [ANIMAL] é o conceito mais abstrato ou esquemático. Os conceitos que aparecem na última linha inferior são os mais específicos, na medida em que são conceitos associados a entidades individuais. "Buddy", "Chang" e "Prince" são os nomes de cachorros da raça poodle que pertenceram a um dos autores deste texto.

Figuras do tipo apresentado acima são comumente chamadas **taxonomias**.<sup>7</sup> Taxonomias são um sistema de classificação de entidades que mantêm relações de esquema-instância. As taxonomias mostram a organização hierárquica entre os conceitos. Uma característica dos conceitos de um mesmo nível é que eles são *incompatíveis*: se uma entidade é um cachorro, então ela não pode ser um gato, ou um cavalo. Se um cachorro é da raça poodle, ele não pode ser da raça labrador, beagle ou fox terrier. Por outro lado, não existe incompatibilidade entre uma categoria de um nível e uma categoria de um nível superior: se uma entidade pode ser chamada 'cachorro', ela pode também ser chamada 'animal'. Se uma entidade é um poodle, ela é um cachorro. Com base na taxonomia apresentada acima, podemos dizer que Buddy era um poodle, um poodle é um cachorro, um cachorro é um mamífero, um mamífero é um animal. Entretanto, o inverso não é verdadeiro: não podemos dizer que se uma entidade é um animal, ela é necessariamente um cachorro, nem podemos dizer que se ela é um cachorro, ela é necessariamente um poodle.

Como vocês viram em Introdução aos Estudos Lingüísticos, as relações de esquema-instância, quando aplicadas a conceitos lexicais, podem receber nomes específicos. Conceitos como [CACHORRO], [CAVALO], [GATO], etc.

---

<sup>7</sup> Vocês devem ter estudado taxonomias quando estudaram biologia. Taxonomias foram formalizadas para a classificação (e a nomenclatura) de plantas e animais pelo sueco Carlos Lineu, no Século XVIII. Para saber mais, ver <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxonomia>> e <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxonomia\\_de\\_Lineu](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxonomia_de_Lineu)>.

mantêm uma determinada relação com o conceito de [MAMÍFERO]: eles são **hipônimos** de [MAMÍFERO]. Por sua vez, o conceito de [MAMÍFERO] é o **hiperônimo** dos conceitos de [CACHORRO], [CAVALO], [GATO]. Ainda, [MAMÍFERO] é hipônimo de [ANIMAL], e [ANIMAL] é hiperônimo de [MAMÍFERO].<sup>8</sup>

## 2.5 *Conceitos de nível básico*

Os falantes de uma língua podem designar entidades usando conceitos mais ou menos detalhados, dependendo de seus objetivos. Por exemplo, nós podemos dizer para vocês que vivemos cercados por animais. Mas podemos dizer também, que vivemos cercados por cachorros. Podemos ser mais específicos, e dizer que vivemos cercados por pastores alemães. Mas existe um nível de conceito que é mais saliente, e é chamado de **nível básico**. Nesse nível estão os conceitos pelos quais designamos as entidades do mundo, quando não precisamos ser nem mais genéricos, nem mais específicos.

Por exemplo, imaginem que estamos em casa conversando com alguém e ouvimos um barulho do lado de fora. A pessoa nos pergunta que barulho é aquele. Olhamos pela janela e vemos um grande cão-de-montanha bernense brincando na calçada. Das três alternativas abaixo, qual vocês acham que escolhemos para responder a nosso interlocutor?

- a) Tem um animal brincando na calçada.
- b) Tem um cachorro brincando na calçada.
- c) Tem um cão-de-montanha bernense brincando na calçada.

A alternativa escolhida deve ter sido a (b), porque não faz sentido, nessa situação, ser muito genérico usando a palavra 'animal', nem precisamos ser muito específicos mencionando a raça do cachorro. O mais importante é explicar o tipo de barulho que chamou a atenção, e o termo 'cachorro' faz exatamente isso. Sabemos que cachorros têm tipicamente um certo tamanho, um certo jeito de andar, de interagir com seres humanos, de brincar, de ocupar o espaço público, de fazer barulho que é bem diferente dos jeitos de gatos, passarinhos ou ratos, por exemplo. Há mais diferença entre um cachorro e um gato, nesses aspectos, do que entre uma raça de cachorro e outra. É isso que é especial em relação ao nível básico. É nesse nível que categorizamos as entidades com mais eficiência, para a maioria dos fins práticos do dia-a-dia. Usamos o termo 'cachorro', do nível básico, porque o termo 'animal' não traz a informação necessária para formar uma imagem do que provavelmente está acontecendo na rua, e o nome da raça traria informação demais, informação desnecessária (coloração, porte, tipo de rabo, etc.).

---

<sup>8</sup> Um jeito de lembrar a diferença entre 'hipônimo' e 'hiperônimo' é de lembrar que 'hiper' significa 'acima'. A hiper-inflação é uma inflação super alta. Assim, você pode sempre associar o 'hiperônimo' com a palavra acima (mais alta) numa taxonomia, e a 'hipônimo' com a palavra abaixo.

Pensem também em uma outra situação. Quando fazemos uma viagem pela zona rural, vemos animais que chamamos de 'vacas'. Nunca nos referimos a eles como 'animais', nem como 'nelore', 'hereford' ou 'zebu'. O termo 'vaca' corresponde à categoria do nível básico, isto é, o nível que mais diferencia as categorias, de acordo com a nossa experiência direta com membros da categoria. Podemos dizer então que as palavras associadas a conceitos do nível básico são aquelas que são usadas para fazer referências a entidades em situações típicas do dia-a-dia, a não ser que existam *boas razões* para sermos ou mais genéricos, ou mais específicos.

Em geral, os estudos que se interessam pelas categorias e por sua organização partem da idéia de que os conceitos são entendidos como um *feixe de traços* (ou, em outras palavras, um conjunto de atributos). Assim, por exemplo, o conceito [AVE] pode ser caracterizado por uma série de atributos como {animal, ovíparo, tem bico, tem penas, voa,...}. É importante lembrar que esses atributos não devem ser entendidos como um conjunto de condições necessárias e suficientes. Mais adequadamente, eles devem ser vistos como atributos que caracterizam o membro prototípico da categoria. Nesse sentido, o gavião é um membro prototípico da categoria AVE, do mesmo modo que o pardal, o sabiá, a águia, o urubu. E a avestruz? Bem, a avestruz tem várias das características do conceito [AVE], mas não voa. O mesmo acontece com o pingüim. Será que pingüim e avestruz deixam então de ser aves? Claro que não. Eles só não são membros prototípicos da categoria. Dizemos que eles se afastam do protótipo.



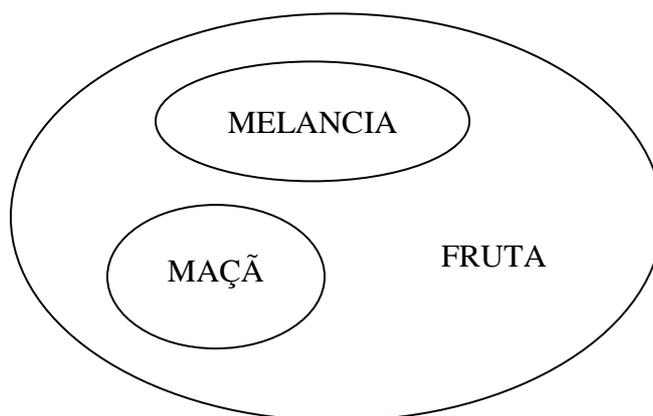
Experimentos têm demonstrado que as categorias do nível básico são aquelas que se caracterizam por apresentar um grande número de atributos. Além disso, grande parte dos atributos de uma categoria de nível básico tende a não ser compartilhada por outra categoria do mesmo nível. Assim, o conjunto de atributos que compõem o conceito [CACHORRO] é, em grande medida, diferente do conjunto de atributos que compõem o conceito [VACA]. Diferentemente, conceitos de categorias do nível abaixo do nível básico, ou seja, conceitos mais específicos, como [POODLE], [BEAGLE], [FOX], para *cachorros*, e [NELORE], [HEREFORD], [ZEBU] para *vacas*, compartilham um grande número de atributos entre si. Já os conceitos de categorias do nível acima do nível básico, ou seja, conceitos de categorias mais abstratas, têm comparativamente poucos traços. Pensem no conceito [ANIMAL], por exemplo. Quais seriam seus atributos? Certamente algo bem genérico, como {ser vivo, animado,...}.

Do ponto de vista de suas características lingüísticas, os conceitos do nível básico são codificados por palavras morfológicamente mais simples, curtas, e com alta freqüência de ocorrência. Por exemplo, palavras simples e comuns

como 'cadeira', 'sofá', 'mesa', 'cama' expressam conceitos do nível básico da categoria MOBÍLIA. Os conceitos abaixo do nível básico muitas vezes são expressos por palavras morfologicamente complexas, como 'cadeira de cozinha', 'cadeira de sala de jantar', 'cadeira de escritório', 'sofá-cama', 'mesa de jantar', 'mesa de reunião', 'cama de casal', 'cama de solteiro', etc. Os conceitos do nível acima do nível básico muitas vezes têm nomes técnicos e pouco usados, como 'assentos', 'móbia', 'objetos domiciliares', 'artefatos', por exemplo.

## 2.6 Hiponímia, hiperonímia e acarretamento semântico

Como vimos anteriormente, as noções de hiponímia e hiperonímia são usadas para tratar da relação entre dois conceitos: um mais elaborado (ou específico), outro mais esquemático (ou genérico). Assim, por exemplo, os conceitos de [LARANJA], [MAÇÃ], [MAMÃO], [MELANCIA] são conceitos bem elaborados quando comparados ao conceito de [FRUTA]. Dizemos, então, que [LARANJA], [MAÇÃ], [MAMÃO], [MELANCIA] são hipônimos de [FRUTA], e dizemos que [FRUTA] é hiperônimo de [LARANJA], [MAÇÃ], [MAMÃO], [MELANCIA]. Como já visto, os membros de uma categoria hipônima são também membros da categoria hiperônima. Ou seja, podemos dizer que as categorias hipônimas (MAÇÃ, MELANCIA) estão contidas dentro da categoria hiperônima (FRUTA).



Isso faz sentido intuitivamente, porque sabemos que há mais frutas no mundo do que melancias e maçãs. As frutas incluem as melancias e maçãs e ainda todas as bananas, jacas e abacates! A categoria FRUTA é maior, mais inclusiva, justamente porque o conceito [FRUTA] é mais genérico, menos restritivo. Em outras palavras, é mais difícil ser uma banana do que ser uma fruta (porque uma banana tem mais atributos).

Mas se os conceitos [MAÇÃ], [BANANA] e [MELANCIA] são conceitos mais elaborados (mais específicos) do que o conceito [FRUTA], isso acontece em parte porque eles *incluem* o conceito [FRUTA] entre seus atributos. Vejam que o conceito [FRUTA] é uma das propriedades que define os conceitos de [MAÇÃ], [MELANCIA], etc.:

[FRUTA] {vegetal, comestível, doce, contém sementes ... }

[MAÇÃ] {[FRUTA], redonda, do tamanho do punho, meio ácida ... }

[MELANCIA] {[FRUTA], oblongo, verde por fora, aguado por dentro ... }

Resumindo: a categoria FRUTA (a categoria hiperônima) *inclui* a categoria MAÇA (a categoria hipônima); o conceito [MAÇÃ] (o conceito hipônimo) *inclui* o conceito [FRUTA] (o conceito hiperônimo).

Vamos ver agora como as noções de hiperonímia e hiponímia podem ser usadas entre sentenças. Vamos começar com o seguinte par de sentenças:

- A. O João deu uma rosa para a Maria.
- B. O João deu uma **flor** para a Maria.

Notem que, na sentença A, temos a palavra 'rosa', e na sentença B, temos a palavra 'flor'. Uma rosa é uma flor, não é? (Ou em outras palavras, 'rosa' é um hipônimo de 'flor'). Bem, então podemos dizer que se é verdade que o João deu uma rosa para a Maria, então é verdade que o João deu uma flor para a Maria. Certo? (Porque a rosa que ele deu também é uma flor!) Podemos também dizer que se é mentira que o João deu uma flor para a Maria, então é também mentira que o João deu uma rosa para a Maria. Concordam? (Porque se ele não deu nenhuma flor, ele não pode ter dado uma rosa.)

Nesse caso, dizemos, então, que a sentença A **acarreta** a sentença B. Podemos dizer também que há **acarretamento** entre as sentenças A e B.<sup>9</sup> Acarretamento é uma relação semântica que se estabelece entre um par de sentenças, que se verifica nas seguintes condições: quando a sentença A for verdadeira, a sentença B também será verdadeira; e quando a sentença B for falsa, a sentença A também vai ser falsa. Vamos analisar um outro par de sentenças:

- A. Eu comi uma **fruta** hoje de manhã.
- B. Eu comi uma **banana** hoje de manhã.

Será que a sentença A acarreta a sentença B? Vamos ver: se é verdade que eu comi uma fruta hoje de manhã, é necessariamente verdade que eu comi uma banana hoje de manhã? Certamente **não!** Afinal, eu posso ter comido um mamão, uma maçã, uma laranja, ou qualquer outra fruta. Também, se é falso que eu comi uma banana hoje de manhã, é necessariamente falso que eu comi uma fruta hoje de manhã? Também **não**. Se eu tiver comido uma maçã, eu comi uma fruta, não é?

Vejam então que existe acarretamento quando a sentença A contém um hipônimo e a sentença B contém seu hiperônimo. Quando a sentença A contém o hiperônimo e a sentença B contém o hipônimo, não há acarretamento.

---

<sup>9</sup> 'Acarretar', 'acarretamento'. Palavras estranhas, não é? Para ajudar a lembrar, você pode pensar numa 'carreta', um veículo de carga. Você pode imaginar uma sentença (a primeira) carregando o sentido da outra (a segunda) junto. Como 'rosa' contem o significado de 'flor', 'João deu uma rosa' carrega junto o sentido de 'João deu uma flor'.

Mas, nem sempre a situação é fácil assim. Às vezes, temos que decidir se há ou não acarretamento entre sentenças sem que elas apresentem um par de hipônimo-hiperônimo tão claro como nos exemplos acima. Considerem o seguinte par de sentenças:

- A. O João tirou 10 na prova.
- B. Alguém tirou 10 na prova.

Será que existe acarretamento entre essas sentenças? Vamos fazer o raciocínio indicado acima: se é verdade que o João tirou 10 na prova, é verdade que alguém tirou 10 na prova, não é? Ao mesmo tempo, se é falso que alguém tirou 10 na prova (ou seja, se ninguém tirou 10 na prova), é igualmente falso que o João tirou 10 na prova. Podemos então dizer que a sentença A acarreta a sentença B.

## Unidade 3: A lógica

### 3.1 A lógica aristotélica

Na última unidade, estudamos a hiponímia e o acarretamento. A hiponímia é uma relação de sentidos que pode existir entre dois conceitos. Já que cada palavra é, por definição, a união de um significado (conceito) e um significante, podemos dizer que a hiponímia é uma possível relação de sentidos que pode existir entre duas palavras. Uma palavra pode ser hipônima de outra palavra, mas ela não pode *acarretar* outra. A palavra 'pêra' é hipônima da palavra 'fruta', mas ela não acarreta 'fruta'. Acarretamento é uma relação de sentidos que só pode existir entre dois *enunciados afirmativos*. 'João comeu uma pêra' acarreta 'João comeu uma fruta'.

Talvez você já tenha percebido que a relação de acarretamento lembra uma relação lógica. De fato! A lógica é a parte da filosofia que estuda as relações de sentido entre afirmações. Ela se preocupa em garantir a correta *inferência*. Com base no que já sabemos sobre o mundo, o que pode ser concluído a partir de uma certa afirmação? Poder fazer inferências corretas é uma habilidade extremamente importante, não só para detetives como Sherlock Holmes mas também para os cientistas. Por isso, o estudo da semântica interessa muita gente, e há muito tempo. Os filósofos e os matemáticos também escrevem sobre as relações de sentido, e isso acontece há séculos.

Já vimos que Aristóteles escreveu sobre a categorização, então não deve ser surpresa que ele também tenha se preocupado com a lógica. Ele formulou as regras de inferência lógica do *silogismo*. Vocês já devem ter visto o mais famoso silogismo de todos os tempos:

Premissa maior: Todo homem é mortal.

Premissa menor: Sócrates é um homem.

Conclusão: Sócrates é mortal.

Vamos analisar esse silogismo nos termos que já estudamos. Quando dizemos que Sócrates é um homem, estamos dizendo que Sócrates é uma instância do esquema 'homem', e quando dizemos que todo homem é mortal, estamos dizendo que o conceito [HOMEM] é hipônimo do conceito [SER MORTAL]. Outra maneira de dizer a mesma coisa é dizer que Sócrates pertence à categoria HOMEM, e que os homens (todos eles, sem exceção) pertencem à categoria SERES MORTAIS. Sendo assim, sabemos que Sócrates não escapa da mortalidade; isto é, 'Sócrates é um homem' acarreta 'Sócrates é mortal'.

E se 'Sócrates é mortal' é falso, será que podemos concluir que 'Sócrates *não* é um homem'? Sim. Porque se ele fosse homem, ele teria que ser mortal.

E se 'Sócrates é um homem' é falso, será que podemos concluir que 'Sócrates *não* é mortal'? Não. Não poderemos concluir nada sobre sua mortalidade, sem saber em qual categoria ele se coloca. Sabemos que não é homem, mas não sabemos se ele é um deus, um bode, ou qualquer outra coisa.

Lembrem o exemplo da pêra. Sabemos que João comeu alguma coisa. Se é possível afirmar que é uma pêra, podemos concluir que ele comeu uma fruta. Mas se não sabemos que ele comeu uma pêra, não podemos concluir que ele *não* comeu uma fruta; ele pode ter comido uma banana.

Podemos observar, então, que podemos dizer a mesma coisa da seguinte forma:

(12) Se Sócrates é um homem, então ele é mortal.

(13) Se João comeu uma pêra, então ele comeu uma fruta.

Essas sentenças fazem sentido porque atrás delas temos o conhecimento de outros fatos que, na forma do silogismo, seriam expressas como premissas maiores: (14) é a premissa maior para (12), e (15) é a premissa maior para (13).

(14) O homem é um ser mortal.

(15) A pêra é uma fruta.

Sentenças do tipo 'Se X, então Y' são extremamente comuns na nossa linguagem de todo dia. Falamos assim para expressar conclusões às quais chegamos por inferência lógica, baseados nos conhecimentos que temos.

Eis aqui um exemplo da vida real:

(16) Se ela mora lá, ela é neta da D. Laura, porque naquela casa só moram as netas.

Evidentemente, alguém afirmou que uma certa pessoa mora em algum lugar (X). Depois, afirmou que ela era neta da D. Laura (Y), e deu a justificativa pela inferência.

Essa é uma inferência correta. Analisando:

Premissa maior: Todo mundo que mora naquela casa é neta da D. Laura.

Premissa menor: Ela mora naquela casa.

Conclusão: Ela é neta da D. Laura.

Outra maneira de formular o raciocínio:

'Se ela mora lá, ela é neta da D. Laura'

'Ela mora lá'

Conclusão: Ela é neta da D. Laura.

(Tudo tomando por base a premissa (conhecimento ou crença) de que 'naquela casa só moram as netas'.)

Alternativamente, com outros fatos, poderíamos raciocinar assim:

'Se ela mora lá, ela é neta da D. Laura'

'Ela não é neta da D. Laura'

Conclusão: 'Ela não mora lá'.

(Também com base na mesma premissa maior de que 'naquela casa só moram as netas'.)

Temos duas maneiras de chegar a uma inferência correta a partir de uma sentença de forma 'Se X, então Y':

A. Afirmar X.

B. Negar Y.

No caso A, se você puder afirmar X, então você vai poder afirmar Y também. No caso B, se você puder negar Y, então você vai poder negar X também.

Mas, atenção! O contrário não pode ser! Se você negar X, você não pode concluir, por isso, que Y também é falso. E se você afirmar Y, você não pode concluir, por isso, que X também é verdade.

Voltando ao exemplo, o que podemos concluir se descobrimos que ela *não* mora naquela casa (negando X)? Podemos concluir que ela *não* é neta da D. Laura (negando Y)? Claro que não! 'Todo mundo que mora naquela casa é neto da D. Laura' não é igual a 'Todos os netos da D. Laura moram naquela casa'. Se ela não mora naquela casa, ela ainda pode ser uma neta da D. Laura que mora em outro lugar. E se descobrirmos que ela é de fato uma neta da D. Laura (afirmando Y)? Será que podemos concluir, baseados nessa informação, que ela mora naquela casa (afirmando X)? Também não.

Outro exemplo da vida real:<sup>10</sup>

(17) Não tem ninguém na casa da Paula porque eu chamei e ninguém respondeu.

Esse tipo de raciocínio sofisticado é muito comum. Estamos sempre tentando achar explicações para as coisas que acontecem. Nesse caso, não temos acesso direto à premissa maior, mas podemos adivinhá-la. Veja como:

Premissa maior: ?

Premissa menor: Eu chamei [na casa da Paula] e ninguém respondeu.

Conclusão: Não tem ninguém na casa da Paula.

Qual é a informação (ou melhor, a *crença*) que está faltando? Seria algo como:

Premissa maior: Na casa da Paula, eles sempre atendem o telefone [ou a porta] quando estão em casa.

---

<sup>10</sup> Veja que a inferência nesta sentença não depende de uma relação de hiponímia.

Como vocês podem ver, a lógica mais simples, a do silogismo, é uma ferramenta de inferência poderosa, até nas nossas conversas de todo dia. Todos nós somos "lógicos" amadores sem saber.

### **3.2 A importância da lógica**

Aristóteles estabeleceu uma ciência da lógica que permaneceu um pilar da educação durante séculos. Até hoje a lógica é ensinada como técnica de *argumentação*. Para convencer alguém do seu ponto de vista, é importante usar argumentos válidos e evitar *falácias*. Falácias são argumentos baseados em inferências incorretas. Muita gente, notadamente políticos e publicitários, aproveitam das falácias para fazer as pessoas acreditarem em inverdades que lhes são convenientes.<sup>11</sup>

Mas a boa argumentação não é a maior contribuição da lógica. No final do Século XVIII, houve um ressurgimento de interesse filosófico na lógica, e os desenvolvimentos desde então ajudaram a mudar o mundo, Mudar o mundo? Sim! As novas concepções da lógica contribuíram para o avanço das ciências em geral, mais particularmente da matemática e da física, e resultaram no computador em que estamos escrevendo este texto e em que, provavelmente vocês o estão lendo, talvez na forma de vídeo. O computador, por sua vez, possibilitou toda a explosão de novas tecnologias de comunicação que estão mudando nosso mundo: entre elas os telefones celulares e a rede Internet.

E a lingüística, foi influenciada também? Sim. Muitos lingüistas ficaram impressionados com os avanços nas outras áreas das ciências e trabalharam para aplicar os formalismos da lógica aos problemas da descrição das línguas naturais. Desses esforços nasceu a Semântica Formal, que é uma semântica totalmente baseada na lógica. O computador se estabeleceu como um modelo da mente humana. A hipótese era a de que, para entender como o ser humano processa linguagem, podemos desenvolver modelos que permitam que o computador consiga processar linguagem. Se os processos lógicos que operam no computador são iguais aos que operam na mente humana, um modelo que é bom para o computador pode ser bom também para modelar a mente humana. O computador é a perfeita "máquina lógica". Por isso, ele poderia ser o perfeito laboratório para explorar os processos lógicos da linguagem humana.

Com o tempo (e com muita pesquisa), ficou evidente o quanto a mente humana é diferente de um computador. Talvez a maior diferença seja a de que o computador só "sabe" o que alguém "ensina" para ele, e quando ele "pensa", ele é sempre lógico. Um ser humano é um ser biológico, e sua mente não começa a vida "pronta" e não recebe a informação sobre o mundo "pronta", de fora para dentro. A mente vai se desenvolvendo e aprendendo, dentro do corpo, por meio de todas as experiências da vida (inclusive as experiências sociais e afetivas). E a mente humana na maioria das vezes *não* age de forma

---

<sup>11</sup> Para saber mais sobre a boa argumentação e como evitar as falácias, ver "Argumentos falaciosos" por Fredric Litto no <[http://www2.uol.com.br/aprendiz/n\\_colunas/f\\_litto/index.htm](http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/f_litto/index.htm)>.

"lógica". Ao contrário! Você já conheceu alguém totalmente lógico? E essa pessoa era uma pessoa sociável, agradável e engraçada? Era uma pessoa intuitiva, imaginativa, criativa? Amorosa? Fiel? (Torcer para um time de futebol é "lógico"?) Ela tinha crenças para as quais não tinha nenhum motivo? Tinha fé? Tinha ética? Para o ser humano (e para a vida social bem-sucedida), existem muitas outras coisas importantes além da lógica. Às vezes o jeito aparentemente bagunçado de as nossas mentes pensarem é crucial para a nossa sobrevivência. Um modelo da mente (e da linguagem) que só se interessa pelo aspecto da lógica corre o risco de perder de vista todas as outras poderosas habilidades criativas da mente humana que são refletidas no nosso comportamento e no uso da linguagem. Uma semântica da língua natural deveria dar conta de todos os usos da linguagem, não só seu uso estritamente descritivo e racional. Usamos, sim, a lógica; mas na vida cotidiana (diferentemente do que ocorre na ciência!), na maioria das vezes usamos a lógica para justificar ou reforçar crenças que já temos, não para chegar a conclusões inéditas.

### **3.3 As limitações de uma semântica baseada na lógica**

A seguir, vamos ilustrar alguns pontos em que uma semântica baseada na lógica, apesar da sua grande utilidade, deixa a desejar: a decomposição lexical e a composicionalidade estrita.

#### **3.3.1 A decomposição lexical**

Os estudos do significado lingüístico que têm base na lógica estão entre aqueles que procuram marcar uma distinção categórica entre Semântica, de um lado, e Pragmática, de outro. Como vimos na Unidade 1, teorias que são favoráveis a essa separação entendem que a Semântica deveria estudar o significado propriamente *lingüístico*, aquele que diz respeito às características centrais do conceito associado às expressões, *independente dos contextos de uso*. A Pragmática, por outro lado, deveria fazer a análise do significado *extra-lingüístico*, aquele que diz respeito às associações que uma expressão lingüística traz consigo, ou às conclusões que podem ser tiradas a partir de um uso particular de uma expressão lingüística, e que estão diretamente relacionadas ao nosso conhecimento de mundo e ao contexto em que as expressões lingüísticas são usadas.

No que diz respeito à delimitação de seu objeto de estudo, as teorias semânticas de base lógica focalizam o estudo do significado dos itens lexicais e das sentenças, deixando de lado tudo aquilo que é externo a eles. Desse modo, essas teorias excluem de seus objetivos o estudo da participação de nosso conhecimento de mundo na construção das conceitualizações, sob o argumento de que esse conhecimento de mundo — também chamado conhecimento enciclopédico — é extra-lingüístico. Desse modo, na perspectiva das teorias semânticas baseadas na lógica, o estudo desse conhecimento deve ficar a cargo da Pragmática.

De acordo com as teorias semânticas de base lógica, o significado lingüístico de uma palavra, por exemplo, pode ser decomposto em um conjunto de traços semânticos. A palavra 'menino' teria, então, os seguintes traços:

[+humano, +masculino, -adulto].

A palavra 'homem' tem um significado diferente do de 'menino' porque tem *um traço* diferente, ou seja, em vez de ter um traço [-adulto], tem um traço [+adulto]:

[+humano, +masculino, +adulto].

A palavra 'menina' teria o seguinte conjunto de traços:

[+humano, -masculino, -adulto];

e a palavra 'mulher' seria definida pelo seguinte conjunto de traços:

[+humano, -masculino, +adulto].

Essa visão sobre o significado das palavras deve estar fazendo vocês se lembrarem da noção de categoria clássica, estudada na Unidade 2. Como vimos, a visão clássica de categoria é a de que as categorias se definem por um conjunto de condições necessárias e suficientes. Da mesma maneira, a visão decomposicional do significado lingüístico entende que o significado dos itens lexicais se define por um conjunto de traços, que são individualmente necessários e conjuntamente suficientes para que se chegue ao conceito daquele item lexical. Essa visão do significado das palavras parte do princípio de que uma língua será mais *eficiente* se separar os conceitos por quantidades *mínimas* de significado, que são os traços.

Tanto quanto a visão clássica de categoria, a visão de que o significado lingüístico pode ser decomposto em um conjunto de traços é bastante problemática. O centro do problema está justamente na separação estrita feita entre Semântica e Pragmática. Como já apontado na Unidade 1, para entendermos o significado das expressões lingüísticas não podemos nos limitar às propriedades semânticas que servem de ponto de acesso a um determinado conceito, e que, na visão das teorias de decomposição lexical, correspondem aos traços semânticos. É fundamental adicionar nosso conhecimento enciclopédico a essas propriedades semânticas, para que tenhamos o entendimento completo do significado de uma expressão lingüística. Vamos tomar como exemplo a palavra 'solteirão'. Se ficarmos presos à visão de decomposição lexical, vamos ter que dizer que um solteirão é um homem adulto não-casado. A decomposição semântica dessa palavra levaria aos seguintes traços:

[+humano, +masculino, +adulto, -casado].

Mas, será que solteirão é só isso? Pensem, por exemplo, em um homem solteiro de 21 anos, que está namorando uma colega de faculdade. Será que ele seria considerado um *solteirão*? Certamente não! Por que? Porque sabemos que solteirões são homens que já atingiram uma certa idade — mais ou menos 35 ou 40 anos — e ainda não se casaram. Portanto, o homem solteiro de 21 anos, apesar de ser adulto e não ser casado, ainda não pode ser considerado um solteirão.

Vamos pensar ainda em um outro caso. Vamos imaginar um homem de 40 anos, que gosta de ficar em casa lendo, ouvindo música, e que tem uma namorada há já uns dez anos. Vamos imaginar que esse homem e essa mulher tenham optado por não se casar e morar em casas separadas, como é bem comum hoje em dia. Apesar dessa liberalidade, esse homem e essa mulher são bastante companheiros e são fiéis um ao outro. Vocês acham que seria apropriado considerar esse homem um solteirão? Afinal, ele é um homem adulto e não-casado. Mas nesse caso também não é apropriado usar o termo 'solteirão' para fazer referência a esse homem. Sabem por que? Porque existe um estereótipo sócio-cultural associado ao termo 'solteirão', que nos faz pensar que solteirões têm uma vida desregrada, gostam de ir para as baladas, trocam de namorada freqüentemente, e não querem saber de compromisso com ninguém.

Vamos pensar ainda em outro caso. O Papa é um homem adulto e não pode ser casado. Vocês acham que seria correto pensar que o Papa é um solteirão? De jeito algum! Não existe nada mais distante do conceito de solteirão do que o Papa! Portanto, não adianta sabermos que solteirão é um homem adulto que não se casou. Precisamos saber de muito mais coisas do mundo, de nossa sociedade e de nossa cultura para entender o conceito de solteirão.

Vejam que várias expressões lingüísticas dependem de nosso conhecimento enciclopédico para ter seus significados completamente definidos. Nós vimos anteriormente que, pela visão de decomposição lexical, o termo 'menina' pode ser caracterizado pelos traços [+humano, -masculino, -adulto]. Agora, considerem uma sentença como 'O João vai se casar com uma menina muito legal'. Será que o João vai se casar com uma criança? Claro que não! Ninguém pensa isso. Todo o mundo sabe que podemos usar o termo 'menina' para fazer referência a uma mulher adulta, em alguns contextos particulares. Portanto, não podemos ficar limitados a um conjunto de traços para determinar o conceito associado a uma expressão lingüística. Precisamos de um conhecimento mais vasto, que é o nosso conhecimento enciclopédico.

Com isso, não estamos querendo dizer que seja errado estudar o significado de uma palavra equiparando as propriedades de seu referente a traços semânticos. Como já visto na Unidade 2, os conceitos — ou as categorias que a eles estão associados — podem, sim, ser concebidos inicialmente como um feixe de traços, ou um conjunto de atributos. Entretanto, primeiramente, esses traços não podem ser entendidos como condições necessárias e suficientes para a caracterização de absolutamente todos os membros de uma categoria. Em geral, eles servem apenas para caracterizar os *protótipos* de uma determinada categoria, e não todos os seus membros. Segundo, como acabamos de ver, esses atributos são apenas uma parte de um conceito. Eles não podem ser considerados como o conceito completo de um certo item lexical, na medida em que nosso conhecimento de mundo, e o contexto de uso do item lexical contribuem substancialmente para a determinação de seu significado.

Na Unidade 5, vamos ver em mais detalhes o que é essa visão enciclopédica ou esse conhecimento de mundo.

### 3.3.2 A composicionalidade

Todas as teorias lingüísticas concordam que uma das principais características das línguas humanas é sua capacidade de criar expressões complexas a partir de unidades lingüísticas simples. Essa capacidade é chamada *criatividade lingüística*. As línguas têm um número limitado de unidades de vários níveis (fonético, fonológico, morfológico). Entretanto, a partir desse número finito de unidades, as línguas têm uma possibilidade ilimitada de criar novas expressões que simbolizam as mais diferentes conceitualizações. Como se sabe que é impossível para um ser humano memorizar absolutamente todos os enunciados possíveis de sua língua, é necessário admitir a existência de um mecanismo composicional, que permita a construção de expressões novas e complexas a partir de um inventário finito de unidades básicas. Por exemplo, como vocês já estudaram no curso de Morfologia, em português, de um único morfema **-or**, derivamos várias palavras, a partir de sua composição com diferentes radicais: 'ator', 'cant**or**', 'trabalhador', 'pintor', 'sofred**or**', 'amador', etc. O mesmo acontece em outros níveis de análise lingüística. Pensem, por exemplo, na fonética-fonologia das línguas de sinais: quantos sinais da libras são feitos com uma mesma configuração de mão, por exemplo, a configuração em B? Incontáveis!

Para explicar essa capacidade que as línguas têm de criar novas unidades lingüísticas a partir de um conjunto finito de elementos, é preciso admitir-se a existência de um princípio de composicionalidade geral, segundo o qual expressões complexas resultam da combinação de unidades menores. Nos estudos do significado, esse princípio de composicionalidade estabelece que o significado de uma expressão complexa resulta do significado de suas partes e da maneira como elas se combinam.

A título de exemplo, comparemos as expressões complexas abaixo:

- (18) O cachorro lambeu a criança.
- (19) O cachorro mordeu a criança.

Todo mundo sabe que os significados de (18) e (19) são bastante diferentes, e que essa diferença de significado está diretamente associada aos verbos 'lamber' e 'morder'. Cada um desses verbos faz uma contribuição diferente para a interpretação da sentença como um todo. O significado global de cada uma das duas sentenças resulta da composição de todos os elementos que entram em sua formação. Como existe um elemento diferente nas composições de (18) e (19), é natural que cada uma delas tenha um significado diferente.

Para as teorias semânticas de base lógica, o princípio de composicionalidade é um princípio estrito, que deve explicar absolutamente todos os significados de todas as expressões complexas. Entretanto, apesar de não se poder negar a composicionalidade lingüística, existem vários casos que não podem ser explicados por ela. Por isso, a aplicação rígida do princípio de composicionalidade não é desejável, na medida em que o princípio não dá conta de explicar todos os significados de todas as expressões complexas. Alguns casos que a composicionalidade estrita não consegue explicar são as

interpretações pragmáticas, as expressões idiomáticas e as metáforas. Vamos ver o que são esses casos.

No que diz respeito às **interpretações pragmáticas**, nós já vimos exemplos na Unidade 1. Uma sentença como (20)

(20) A porta está aberta.

pode ter várias interpretações, que vão muito além de seu sentido composicional, dependendo do contexto em que ela é usada. Ou seja, o contexto é que vai determinar o significado que o falante quis dar a essa sentença. De um ponto de vista de composicionalidade rígida, seu significado é apenas o de que o objeto que serve como passagem para uma determinada sala não está impedindo a passagem de ninguém. Entretanto, como vimos, essa mesma sentença pode ser interpretada pragmaticamente de diferentes maneiras: pode ser um convite para que alguém saia da sala ou para que alguém entre na sala; ou pode ser um pedido para que alguém feche a porta.

Pensem em uma outra expressão complexa, como a seguinte:

(21) Você sabe que horas são?

De um ponto de vista composicional, essa sentença é interpretada como uma pergunta a respeito das horas. Entretanto, imaginem essa pergunta feita por um pai a uma filha que chega em casa da balada às 5 horas da manhã. O pai, que ficou acordado a noite inteira esperando pela filha, certamente sabe muito bem que horas são. Ele não está querendo que ela lhe dê uma informação sobre as horas. Ele está, sim, lhe dando uma bronca por ter chegado tão tarde!

Vocês estão vendo, então, por que é difícil separar Semântica de Pragmática? Para que possamos dar conta do significado das expressões lingüísticas, não podemos ficar presos aos significados literais das palavras e ao resultado que se obtém a partir da composição desses significados literais, quando analisamos uma expressão complexa. É preciso verificar em que contexto essas expressões estão sendo usadas, e imaginar as intenções que o falante tinha ao fazer uso delas.

Vamos ver, agora, o que são **expressões idiomáticas**, e como elas constituem um problema para a idéia de composicionalidade estrita.

Alguns exemplos de expressões idiomáticas do português são os seguintes:

(22) O João **bateu as botas**.

(23) A Ana **chutou o pau da barraca**.

(24) O Pedro decidiu **pôr as cartas na mesa** e contar toda a verdade.

Expressões idiomáticas são expressões lingüísticas complexas convencionalizadas como unidades prontas, cujo significado não pode ser previsto a partir dos significados dos itens lexicais que entram em sua

formação. Nesse sentido, as expressões idiomáticas são exemplos excelentes para demonstrar que a composicionalidade estrita não funciona!

Vejam que uma sentença como (22) não significa que o João pegou um par de botas e bateu uma contra a outra, mas, sim, que o João morreu. A sentença (23) também não significa que a Ana estava acampando e deu um chute no pau que sustenta a barraca, mas, sim, que ela estava brava e fez um escândalo. A sentença (24) não trata de uma situação em que o Pedro estava jogando, mas, sim, de uma situação em que o Pedro resolveu contar o que sabia, ou o que sentia.

Notem que as expressões idiomáticas não podem ser alteradas. Se forem, perdem seu significado idiomático. Por exemplo, pensando na expressão em (22), se substituirmos o substantivo 'botas' pelo substantivo 'sapatos', perdemos completamente a interpretação de que o João morreu; ficamos apenas com o sentido composicional de que o João bateu um sapato no outro. Do mesmo modo, se substituirmos 'pau' por 'pino' em (23), vamos estar falando de uma situação em que a Ana, de fato, deu um chute num dos pinos da barraca. Se, em (24), substituirmos 'cartas' por qualquer outro substantivo, mesmo aqueles relacionados com jogo, como 'fichas', 'dados', etc., perdemos completamente a interpretação de que o Pedro vai contar um segredo. Essa impossibilidade de substituição de elementos de uma expressão idiomática mostra que esse tipo de expressão lingüística é uma unidade e tem um significado próprio, que não tem relação com a interpretação de cada um dos elementos que entram em sua formação.

As **metáforas** e **metonímias** constituem outro tipo de fato lingüístico que mostra que a composicionalidade estrita não se sustenta. A composicionalidade, assim como todos os princípios e definições da semântica baseada na lógica, dependem, exclusivamente, do sentido literal das expressões lingüísticas. O sentido literal de uma palavra é o conceito que não é entendido por relação a um outro conceito de palavra. Quando dizemos uma sentença como (25),

(25) O pêssego que eu comi na sobremesa estava delicioso.

o conceito de pêssego que estamos usando é literal, na medida em que estamos designando uma fruta, e não precisamos fazer associações com outros conceitos para entendê-lo.

Comparem, agora, o conceito de *pêssego* em (25), com o uso da palavra 'pêssego' em (26):

(26) A pele daquela moça é um pêssego.

Certamente, não estamos querendo dizer que a moça tem uma pele que é uma fruta! Nesse caso, não estamos usando o sentido literal da palavra 'pêssego'. Estamos usando uma **metáfora**, ou seja, estamos conceitualizando uma entidade (pele) de um domínio (corpo humano), por meio do conceito associado a uma entidade (pêssego) de outro domínio (fruta).

Durante muito tempo, os estudiosos da linguagem pensavam que a metáfora tinha um uso mais exótico, em geral poético. Entretanto, hoje em dia já sabemos que grande parte da linguagem que usamos no nosso dia-a-dia é metafórica. Observem as seguintes sentenças:

- (27) A pesquisa está **caminhando** bem.
- (28) A mulher do João é uma **fera**.
- (29) A história que me contaram fez meu **sangue ferver**.

Essas são sentenças que encontramos na linguagem cotidiana. Em cada uma delas temos uma metáfora: em (27), estamos conceitualizando a pesquisa como algo que tem pernas e que se move; em (28), estamos conceitualizando a mulher do João como um animal selvagem, muito bravo; e, em (29), estamos conceitualizando o sangue humano como algo que pode ferver, a 100 graus centígrados, como uma água em uma chaleira.

Vejam, então, como a metáfora é um desafio à tese da composicionalidade estrita. Se fôssemos calcular o significado das sentenças entre (26) e (29) a partir do significado dos itens lexicais que as compõem, elas seriam totalmente sem sentido. Afinal, pele não é fruta, pesquisas não têm pernas para caminhar, mulheres são seres humanos, e não feras, e sangue não ferve!

A **metonímia** também é um problema para a composicionalidade estrita. Considerem a seguinte sentença:

- (30) Respeite meus cabelos brancos.

Por que é que cabelos brancos têm que ser respeitados? Por que não respeitamos também cabelos pretos, castanhos, loiros? Se construirmos o significado da sentença (30) composicionalmente, a partir do significado das expressões que entram em sua constituição, vamos ficar sem entender a conceitualização que o falante está fazendo quando usa a sentença. Na realidade, a expressão 'cabelos brancos' está fazendo referência à velhice, e a experiência que vem com ela.

A sentença (30) é um exemplo clássico de metonímia. Na metonímia, um conceito é usado para fazer referência a uma entidade associada a ele por uma característica física ou por uma relação causal. Diferentemente do que acontece na metáfora, na metonímia, um conceito é usado para acessar outro conceito dentro de um mesmo domínio. Em (30), a expressão 'cabelos brancos' está sendo usada para acessarmos o conceito de velhice, e ambos os conceitos pertencem a um mesmo domínio, que é o da idade avançada.

Vamos ver um outro exemplo:

- (31) O Machado de Assis está na última prateleira.

Nessa sentença 'Machado de Assis' está sendo usado para fazer referência à sua obra. Os dois conceitos pertencem a um único domínio, e estão associados por uma relação de causalidade: Machado de Assis criou sua obra. Estamos, então, usando o nome do autor para fazer referência a seus livros.

Com esse exemplo, vocês vêem novamente que a composicionalidade estrita não pode funcionar. Certamente, não podemos interpretar a expressão 'Machado de Assis' literalmente. Primeiro, porque ele já morreu; segundo, porque, mesmo que estivesse vivo, o que é que ele estaria fazendo na prateleira de uma estante?

### **3.4 Conclusão**

Nesta unidade, vimos como a lógica é importante para entender certas relações de significado das línguas naturais, como também tem sido essencial para a construção do nosso mundo moderno. Vimos, no entanto, que as teorias semânticas que se baseiam exclusivamente na lógica têm várias limitações, não conseguindo dar conta de grande parte da significação das línguas naturais.

Na próxima unidade, vamos falar da natureza enciclopédica do significado, ou seja, de como precisamos ir muito além do significado literal das expressões lingüísticas para poder explicar toda a riqueza do processo de conceitualização que os homens fazem por meio da língua.

## Unidade 4: As redes de conceitualização

### 4.1 A natureza enciclopédica do significado

Como vimos na Unidade 1, os conceitos associados a palavras (ou qualquer outra unidade lingüística) podem ser entendidos como *instruções simples para dar início a um processo de conceitualização*.

É como se os significados dos signos lingüísticos fossem um *ponto de acesso* a uma grande rede de conhecimentos estruturada, que se chama **sistema conceitual**. O sistema conceitual é um imenso repositório de conhecimento *enciclopédico*. Vocês sabem o que é uma enciclopédia? É uma obra (geralmente de vários volumes e milhares de páginas) que pretende discursar sobre todos os assuntos do conhecimento humano. Se você quiser saber algo sobre cachorros ou cachimbos ou o kaxinawá, você pode consultar uma boa enciclopédia.<sup>12</sup>

Os significados das palavras e de outras unidades lingüísticas não podem ser entendidos independentemente desse conhecimento enciclopédico. Ele é fruto de nossa interação com o mundo que nos cerca, e de nossa interação com as pessoas com que convivemos. Dizemos, então, que o conhecimento enciclopédico que temos está assentado tanto em nossa experiência física, quanto em nossa experiência social. Ele contém nosso "conhecimento do mundo".

Nesta Unidade, vamos conhecer um pouco da estrutura desse conhecimento enciclopédico. Podemos dizer que ele se organiza em dois tipos de **domínios**: o *básico*, que engloba um conjunto de conhecimentos derivado de nossa experiência sensório-perceptual; e o *não-básico*, que deriva do domínio básico, mas que abrange o conhecimento adquirido por nossa experiência em uma sociedade e em uma cultura.

### 4.2 O conhecimento enciclopédico

Como acabamos de dizer, o conhecimento enciclopédico se organiza em dois tipos de domínios: o *básico*, que engloba um conjunto de conhecimentos derivado de nossa experiência sensório-perceptual; e o *não-básico*, que abrange o conhecimento adquirido por nossa experiência em uma sociedade e em uma cultura. Para simplificar, vamos chamar o primeiro **domínio propriamente dito**, e o segundo, vamos chamar **frame**, usando a palavra do inglês pela qual esse domínio de base sócio-cultural é conhecido na literatura lingüística.

---

<sup>12</sup> Hoje em dia, o acesso a uma boa enciclopédia ficou mais fácil. Uma das maiores enciclopédias disponíveis hoje é a Wikipedia, <<http://www.wikipedia.org/>>, acessível na Web em centenas de línguas, 24 horas por dia, para quem tem uma conexão à Internet. A Wikipédia atualmente contém mais de 10 milhões de artigos, com mais de 2,5 milhões de artigos em inglês e mais de 400.000 artigos em português, e está sendo aumentada e atualizada diariamente.

**Frames** são abstrações (esquematisações) que fazemos a partir de nossas experiências e que guardamos em nossa memória de longo prazo. Por exemplo, temos um frame relacionado a nossa experiência em *restaurante*: sabemos que, quando estamos em um restaurante, vamos ser atendidos por um garçom, que vai nos apresentar um cardápio, a partir do qual vamos escolher um prato, que vai demorar um pouco até ser servido; depois de comer, sabemos que vai nos ser apresentada uma conta, e que temos que pagar essa conta antes de sair do restaurante; sabemos, também, que devemos deixar uma gorjeta para o garçom; às vezes, essa gorjeta está incluída na conta, outras vezes, não; sabemos que, em geral, essa gorjeta corresponde a 10% do total gasto com a refeição e as bebidas.

Como é que sabemos que essa é a situação normal que ocorre com fregueses em um restaurante? Sabemos disso porque todos nós já fomos a restaurantes várias vezes, com nossos familiares, com nossos amigos, com nossos colegas de trabalho. Toda vez é mais ou menos a mesma coisa. A partir dessas experiências, fazemos uma abstração do que acontece em restaurantes e guardamos essa abstração em nossa memória, para que possamos usá-la quando necessário. Cada ida a um restaurante é um pouco diferente, mas, em todas elas, acontecem essas mesmas coisas, na mesma ordem. São essas coisas que são comuns a todas as nossas idas a restaurantes que são *esquematisadas* e que fazem parte do nosso frame de "comer em restaurante".

Toda expressão lingüística é relativa a um frame. Em conseqüência, o significado de toda expressão lingüística depende do frame ao qual ela está associada. Vamos pensar em uma situação hipotética: um índio de uma das tribos do Amazonas pouco habituados à cultura urbana brasileira está aprendendo português como segunda língua. Ele está lendo um texto, que começa com o seguinte enunciado:

(32) Depois de um dia cansativo de trabalho no restaurante, João chega em casa e diz à mulher 'Hoje as gorjetas não foram nada boas!'

O índio, que provavelmente nunca foi a um restaurante, vai ter dificuldade para entender bem o que é uma gorjeta, por exemplo. Ele vai ao dicionário e encontra a seguinte explicação para a palavra 'gorjeta': "bebida ou dinheiro com que se gratifica um pequeno serviço; pequena importância em dinheiro, além do devido, que se dá a alguém cujo serviço nos parece satisfatório."

A partir dessa informação, o índio pode se fazer as seguintes perguntas: se o serviço do João é pequeno, por que é que ele está tão cansado?; se gorjeta pode ser uma bebida, será que o João queria estar bêbado?; quem é que deveria ter dado mais gorjeta ao João? o seu patrão? afinal, o patrão deve ao João o salário no fim do mês, e se gorjeta é algo que se dá a alguém além do devido, talvez o patrão não tenha dado gorjeta para o garçom; será que o João não recebeu mais gorjetas porque o serviço dele não é satisfatório? Enquanto que, para nós, que temos o frame de restaurante, o comentário que João faz sobre as gorjetas é claro, para o índio, que não tem o frame de restaurante, mesmo com a ajuda de um dicionário, o significado de 'gorjeta' não é fácil de entender.

Vamos voltar ao exemplo de 'solteirão' já discutido na Unidade 3. Como vimos, a decomposição desse conceito em traços semânticos é insuficiente para que entendamos o significado dessa palavra do português. Se formos ao dicionário, também não vamos ter um entendimento completo do conceito, na medida em que a definição que vamos encontrar é a seguinte:

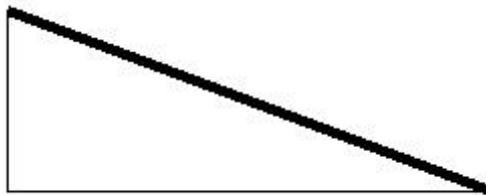
(33) **Solteirão** - o homem maduro ou velho que ainda não se casou.

Com essa definição, vamos continuar sem saber se podemos ou não considerar, como solteirões, o Papa e o homem de 40 anos cuja namorada mora em outra casa (sobre quem falamos na Unidade 3). O que acontece é que, para entender o conceito de 'solteirão', precisamos ter um frame de casamento que envolve a idade prototípica para um homem se casar. Precisamos também ter um frame do comportamento sexual de um homem desimpedido. Para entender por que o Papa não pode ser considerado um *solteirão*, precisamos ter um frame da Igreja Católica que nos informa que seu clero não pode se casar. Por isso é que dizemos que as expressões lingüísticas só podem ser entendidas com relação a frames.

Domínios propriamente ditos (isto é, domínios básicos), são estruturas conceituais que, tanto quanto frames, fornecem informação para o entendimento do significado de expressões lingüísticas. Enquanto os frames são estruturas de conhecimento construídas a partir de nossas experiências sócio-culturais, os domínios são estruturas de conhecimento que emergem a partir de nossa experiência sensorio-perceptual do mundo exterior, ou de experiências subjetivas, como a emoção.

Por exemplo, para entender o que é uma falange, precisamos saber o que é dedo; para entender o que é dedo, precisamos entender o que é mão; para entender o que é mão, precisamos entender o que é braço; para entender o que é braço, precisamos entender o que é corpo humano; e para entender o que é corpo, precisamos entender o que é espaço. Esses conceitos juntos formam uma **matriz de domínios**, e o conceito de falange é entendido em relação a essa matriz. É por isso que dizemos que uma expressão lingüística, como uma palavra, por exemplo, serve como ponto de acesso a todo um inventário de conhecimento associado a ela.

Mas, se um conceito está associado a toda uma matriz de outros conceitos subjacentes a ele, é preciso verificar quais são os aspectos dessa matriz que são realmente importantes para o entendimento de um conceito em particular. Vamos entender isso por meio de um exemplo clássico da literatura lingüística. Vamos pensar na palavra 'hipotenusa'. Essa palavra se refere ao lado mais longo de um triângulo de ângulo reto, ilustrado na figura abaixo. A hipotenusa corresponde à linha em negrito.



Esse conceito lexical 'hipotenusa' fornece um ponto de acesso a um inventário de conhecimento potencialmente infinito, como *triângulos de ângulo reto*, *triângulos*, *figuras geométricas*, *cálculos geométricos*, *espaço*, etc. Entretanto só uma parte desse inventário de conhecimento é essencial para o entendimento do que é *hipotenusa*. Essa parte essencial é chamada **escopo** de um conceito lexical. O escopo é dividido em duas partes, ambas essenciais para o entendimento do significado de uma expressão lingüística. Essas partes chamam-se **realce** e **base**. Realce é a entidade designada pela palavra; base é a parte essencial da matriz de domínio necessária para o entendimento do realce. No caso de nosso exemplo, o realce de *hipotenusa* é o lado mais longo de um triângulo de ângulo reto; a base é o triângulo inteiro. Sem a base, o realce não teria sentido: não existe hipotenusa sem um triângulo de ângulo reto. Portanto, o valor semântico de uma expressão lingüística não pode ser limitado nem ao realce, nem à base. Ele está na combinação de realce e base.

Vamos voltar ao conceito de falange. De toda a matriz de domínios que vimos acima, o realce é a parte do dedo a que nos referimos, e a base é todo o dedo humano, do qual a falange é uma parte. Se pensarmos no conceito de dedo, vamos ter como realce o próprio dedo, e, como base, a mão. Se pensarmos no conceito de mão, vamos ter como realce a própria mão, e, como base, o braço. E assim por diante.

Vamos agora pensar em um outro conceito, com uma outra matriz de domínio. Na Unidade 1, discutimos o significado da seguinte sentença:

(34) A porta está aberta.

Dissemos que, de maneira bem intuitiva, o conceito de *porta* era o de um objeto físico que servia para marcar o ponto de entrada e saída de uma sala. Vejam que interessante: não podemos definir porta, sem usar o conceito de sala (ou qualquer outro ambiente fechado)! Da mesma forma, para entendermos o que é uma sala, precisamos ter a noção de compartimento fechado, de construção, de espaço, etc. Todas essas noções fazem parte da matriz de domínios de que precisamos para entender o que é uma porta. O realce é a porta ela mesma; a base é o compartimento em se entra ou do qual se sai através da porta.

## Unidade 5: O dicionário

### 5.1 O objetivo e os usos do dicionário

Usamos o termo "conhecimento enciclopédico" para falar sobre conhecimento *do mundo* que não é especificamente *lingüístico*. Como já vimos, a enciclopédia contém informação sobre todas as áreas do conhecimento, desde a arte rupestre até a zootecnia. Se quisermos saber tudo sobre a arte rupestre -- em que época da humanidade surgiu, onde se encontram exemplos, quais eram as técnicas, e qual o significado cultural --, vamos procurar numa boa enciclopédia.<sup>13</sup>

Mas e se você não quiser saber *tudo* sobre o assunto? Se você encontra o termo 'arte rupestre' na sua leitura e fica sem saber o que é isso? Você sabe o que é 'arte', mas não sabe o que significa 'rupestre'. Onde você vai encontrar essa informação?

No dicionário.

O dicionário, diferente da enciclopédia, nos traz informações *sobre as palavras* da língua. Se não conhecemos o significado da palavra 'rupestre', podemos consultar um dicionário para saber:

- O(s) significado(s) da palavra
- As áreas do conhecimento em que a palavra é usada com significado específico
- Como a palavra é pronunciada (quando isso pode estar em dúvida)
- A primeira data em que ela foi atestada
- A classe (ou classes) de palavra à qual pertence
- O gênero da palavra (quando for substantivo)
- A origem da palavra
- Sinônimos e variações da palavra
- Expressões comuns em que a palavra figura

O dicionário não é uma obra científica; ele serve principalmente para resolver problemas práticos do nosso dia-a-dia. Por isso, ele deve conter informações compreensíveis e úteis, sem necessariamente seguir qualquer teoria lingüística rigorosamente. O que vamos fazer aqui é dar uma olhada cuidadosa sobre a organização de um dicionário para mostrar conceitos lingüísticos que estão por trás da prática da lexicografia.<sup>14</sup> Com isso, vamos aprender um pouco mais sobre a estrutura semântica da língua.

---

<sup>13</sup> Ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte\\_rupestre](http://pt.wikipedia.org/wiki/Arte_rupestre)> e <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Zootecnia>>.

<sup>14</sup> 'Lexicografia' significa a produção de dicionários e o conhecimento técnico necessário para tal.

## 5.2 Como achar informações no dicionário

Vamos voltar ao nosso exemplo 'arte rupestre'.

Se consultarmos o dicionário brasileiro *Houaiss*, vamos saber o seguinte sobre a palavra 'rupestre':

- que significa "relativo a rocha";
- que é usada com significados específicos nos campos de arquitetura, arqueologia, história da arte, ecologia e viticultura<sup>15</sup>;
- que é atestado no português desde 1899;
- que é um adjetivo de dois gêneros (não muda com a mudança de gênero do substantivo);
- que também pode ser usada como substantivo feminino, quando significa "espécie de videira de origem americana, aclimatada em Portugal depois da reconstituição dos vinhedos devastados pela filoxera";
- que entrou no português do francês, o qual adaptou a palavra do latim científico;
- que é um sinônimo da palavra 'litófilo';
- e que aparece em tais expressões como 'arte rupestre', 'gravura rupestre', 'desenho rupestre', 'plantas rupestres' e 'répteis rupestres'.

Veja a palavra como ela aparece no dicionário *Houaiss*:

**rupestre** *adj.2g.* (1899 cf. CF') **1** relativo a rocha **2** ARQ construído em rocha (diz-se de habitação) **3** ARQL realizado por indivíduos pré-históricos, nas cavernas <arte r.> **3.1** ARQL HIST.ART gravado e/ou esgrafiado em rochas e cavernas por indivíduos de povos primitivos <gravura r.> <desenho r.> **4** ECO que vive sobre paredes, muros, rochedos ou afloramentos rochosos (diz-se de organismo); rupícola <plantas r.> <répteis r.> ■ *adj.2g.s.f.* VITIC **5** diz-se de ou espécie de videira de origem americana, aclimatada em Portugal depois da reconstituição dos vinhedos devastados pela filoxera ⊙ ETIM fr. *rupestre* (1812) 'que se refere à parede de rocha, encosta de rochedo, precipício' < lat.cien. *rupestris* (1783) < lat. *rupes,is* 'rochedo'; ver *romp-* ⊙ SIN/VAR ver sinonímia de *litófilo*

No vocabulário técnico do dicionário, isso se chama um *verbetes*. Como você vê, o verbete é cheio de informação, mas muita informação está codificada em abreviações e símbolos. Essas abreviações e símbolos são usados para economizar espaço. O dicionário é uma referência extremamente útil, mas é necessário *aprender a usá-lo*, para aproveitar toda a informação que ele traz. Para decodificar as abreviações usadas no *Houaiss*, consulte a Lista geral de reduções, na p. LX, das páginas iniciais do dicionário. Lá, você fica sabendo

<sup>15</sup>

Você conhece todas essas palavras? Se não, pode procurar no dicionário!

que *adj.2g.s.f.* significa "adjetivo de dois gêneros e substantivo feminino", que ECO significa 'ecologia', e que ETIM significa 'etimologia' (você sabe o que significa isso?).

Para aprender sobre a estrutura do verbete, consulte a Chave do dicionário e o Detalhamento dos verbetes, nas páginas XVI a XLIII. Lá você encontra uma explicação sobre todos os *campos* que compõem um verbete. Os verbetes não precisam ter todos os campos, mas os campos devem aparecer sempre na mesma ordem.

O primeiro campo é o da *entrada*. A entrada é a palavra que aparece em primeiro lugar, em negrito. Nesse caso, a entrada é **rupestre**. Entradas também podem ser menores do que uma palavra. Por exemplo, prefixos e sufixos podem aparecer com seus próprios verbetes. Considere a palavra 'zootecnia', por exemplo. Ela aparece no dicionário como uma palavra inteira: **zootecnia**; mas como ela é composta de dois elementos composicionais produtivos, esses morfemas também constam como entradas dos seus próprios verbetes: **zoo-** e **-tecnia**. Reparem como os prefixos e sufixos são indicados pelo hífen, que marca o lado que se junta a outro morfema. Entradas menores do que uma palavra também podem ser letras do alfabeto, siglas, abreviações, ou símbolos: **a** (letra do alfabeto), **AL** (sigla de Alagoas), **A.B.** (abreviação de Bacharel em Artes), **Al** (símbolo químico de alumínio). Entradas também podem ser maiores do que uma palavra, quando se trata de expressões fixas ou palavras compostas com hífen, como **déjà vu** ou **ano-base**.

O segundo campo (só quando for necessário) é o da pronúncia. Como o português tem uma ortografia normatizada que é baseada na fonologia da língua, a pronúncia da maioria das palavras é dedutível a partir da ortografia; mas em casos de dúvida ou ambigüidade, o dicionário traz a informação necessária: **abodego** /ê/, para mostrar que o e de 'abodego' é pronunciado como ê. (Em línguas como inglês, que não tem uma ortografia normatizada, o campo da pronúncia aparece em todos os verbetes).

O campo da datação, "(1899 cf. CF<sup>1</sup>)" no exemplo, traz a data em que a palavra primeiro aparece, junto com a fonte (para decifrar as siglas, ver a Bibliografia das fontes de datação e etimologia, nas páginas LXVI a LXXXIII).

O próximo campo é o das definições, normalmente o maior e mais complexo. É esse campo que mais nos interessa para saber o significado da palavra. Normalmente, esse campo contém várias definições que são numeradas, e, como parte de cada uma, podem aparecer exemplos, em itálico e entre colchetes < >. Para economizar espaço, nos exemplos, a palavra da entrada é representada pela primeira letra: <arte r.> significa 'arte rupestre'. Normalmente as definições são apresentadas na ordem de freqüência: as mais comuns vêm em primeiro lugar, seguidas das mais especializadas ou raras. Vamos falar mais sobre as definições quando falarmos de polissemia.

Depois do campo das definições vem o campo da etimologia, marcado por ETIM. Aqui temos informações sobre a origem da palavra, começando com a fonte mais recente e voltando no passado.

'ETIM fr. *rupestre* (1812) < lat.cien *rupestris* (1783) < lat. *rupes*'

significa que a palavra 'rupestre', em português, veio da palavra 'rupestre' em francês (atestada desde 1812), que por sua vez veio da palavra 'rupestris' em latim científico, atestado desde 1783. Latim científico é o latim usado na Europa desde o fim da Idade Média para fins científicos. Essa palavra veio da palavra em latim 'rupes', que significa 'rochedo', ou rocha, pedra.

No fim do verbete, chegamos aos campos de sinônimos e antônimos, marcados por SIN/VAR e ANT. É comum que as línguas naturais tenham várias palavras que podem ser usadas para (mais ou menos) a mesma coisa. Quando isso acontece, essas palavras são chamadas de *sinônimos*: palavras com o *mesmo significado*. Já vimos isso no caso de 'calvo' e 'careca'. Vamos falar mais sobre sinônimos adiante.

### **5.3 A estrutura de uma "definição"**

Mencionamos na descrição acima que a parte central, mais importante, de um verbete é o campo das definições. É nesse campo que encontramos os significados das entradas (palavras que encabeçam o verbete). Mas o que vem a ser uma definição? O que significa definir?

De um ponto de vista, nossa compreensão de uma palavra vem de toda a nossa experiência com a palavra, em todas as situações em que tivemos contato com a palavra. Mas isso varia de uma pessoa para outra, e também não poderia ser descrito para todas as palavras da língua num só livro! O dicionário tem que ser eficiente. Tem que achar alguma maneira de identificar o significado usando o mínimo de palavras para isso.

Bem, se os significados das palavras (os conceitos associados com elas) são conjuntos de traços semânticos (também chamados características ou atributos), como os lógicos gostariam que fosse, seria mais fácil. A definição de cada palavra poderia ser dada listando os traços, como fizemos acima para o caso de 'fruta', 'maçã' e 'melancia' na unidade 2, e 'menino', 'homem', 'solteirão', etc. na unidade 3. Se as categorias fossem realmente clássicas, essa poderia ser uma boa solução.

Mas olhem a dificuldade que seria fazer isso. Teríamos que ter palavras para cada um dos traços, e muitas vezes os traços são muito particulares a uma palavra. Quer dizer, é a própria palavra que marca aquela característica especial; não há outra palavra tão específica. A única outra maneira de expressar o atributo seria por meio de toda uma longa explicação. Vejamos o exemplo de 'rupestre'. A quinta definição é:

“ 5 ...espécie de videira de origem americana, aclimatada em Portugal depois da reconstituição dos vinhedos devastados pela filoxera”.

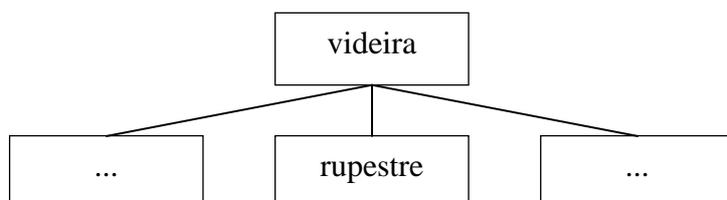
Nesta definição temos a classificação geral (“espécie de videira”) seguida do traço distintivo que distingue a 'rupestre' de qualquer outra espécie de videira. Podemos formalizar essa relação assim:

[rupestre] {[+videira], [+de origem americana aclimatada em Portugal depois da reconstituição dos vinhedos devastados pela filoxera]}

Se tivéssemos uma palavra que significasse esse traço *de origem americana aclimatada em Portugal depois da reconstituição dos vinhedos devastados pela filoxera*, certamente nós a usaríamos, mas não temos. Esse traço só pertence a uma espécie de videira, e para isso nós temos a palavra 'rupestre'. Mas mesmo com esse exemplo complicado, podemos ver como é natural organizar o significado das palavras no dicionário por princípios semânticos que já estudamos, nesse caso, a *hiponímia*.

### 5.3.1 Hiperonímia

Vocês lembram que hiponímia é uma relação de inclusão entre palavras (ou melhor, os conceitos que as palavras significam). A rupestre (na sua definição 5) é 'uma espécie de videira' entre outras espécies. A rupestre pertence à categoria das videiras, com a diferença de que foi levada da América em determinadas circunstâncias históricas, etc. Fica claro, com essa explicação, que 'videira' é hiperônimo e 'rupestre' é hipônimo:



Essa mesma organização de definições – de falar primeiro da categoria geral e depois dos traços distintivos é uma estratégia muito comum no dicionário. Vejamos outro exemplo (também do *Houaiss*):

(35) **sapato** – calçado, ger. de sola dura, que cobre o pé, parcial ou completamente.

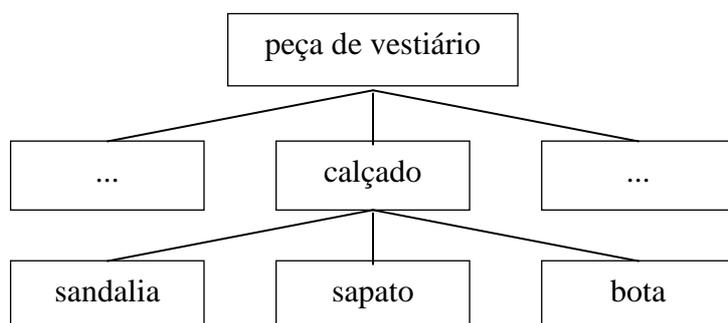
Primeiro vem a classe geral: calçado. Depois vêm os traços distintivos: [+de sola dura], [+cobre o pé].

Se o leitor não conhece o que significa 'calçado', ele não vai saber o que é um sapato. Lembrem o que dissemos sobre o 'nível básico': que são as palavras mais comuns. Nesse caso, 'sapato' pertence ao nível básico, e 'calçado' a um nível mais técnico, menos conhecido. Isso cria problemas para a definição. Se o objetivo da definição é o de *esclarecer* o significado da palavra, o que adianta definir uma palavra usando palavras *menos conhecidas*? Aposto que todo mundo que conhece a palavra 'calçado' já sabe o que é um sapato!

Teoricamente, esse problema tem solução: a definição da palavra desconhecida pode ser procurada no próprio dicionário! Vamos ver o que vamos achar no caso de 'calçado':

(36) **calçado** – peça de vestiário, feita de couro, lona ou outro material, para calçar ou vestir o pé; sapato.

Não ajudou muito; só acrescentou outro hiperônimo mais esquemático, 'vestiário'!



Mas olhem que interessante! A definição de 'calçado' cita 'sapato'! Como devemos interpretar esse 'sapato'? Estão dizendo que um calçado é um sapato? Isso não pode ser, porque sabemos que 'sapato' é um *tipo* de calçado. Existem também outros tipos de calçado, que não são sapatos, como botas e sandálias. Elas também são calçados. No caso dessa definição, então, 'sapato' deve ser interpretado como um *exemplo* (ou uma *instância*) de calçado. Mas se vê como é necessário tomar cuidado ao ler o dicionário. Não está escrito em lugar nenhum que 'sapato' é uma instância de calçado, nem que *não* é hipônimo de calçado ou sinônimo de calçado. Isso é uma conclusão que o leitor experiente tira, baseado na sua experiência com dicionários e na sua experiência de mundo (o fato de saber que [SAPATO] é um conceito mais comum do que [CALÇADO], por exemplo).<sup>16</sup>

Mas mesmo nessas definições mais simples que estamos vendo, de 'sapato' e 'calçado', podemos observar que o dicionário não está seguindo os princípios de uma “lingüística baseada na lógica”, fazendo definições por meio de categorias clássicas e traços distintivos. Vejam as seguintes expressões, das duas definições:

(37) ger. de sola dura

(38) feita de couro, lona ou outro material

O traço distintivo não é, na verdade, [+de sola dura] e nem [+cobre o pé], como falamos acima. Ignormos o 'ger.', que significa *geralmente*! Isso significa que o sapato não precisa, necessariamente ter sola dura. Quer dizer, [+sola dura] não é uma característica necessária. Da mesma forma, se um calçado pode ser feito “de couro, lona ou outro material”, o que é que isso contribui para a definição? Um calçado pode ser feito de madeira? de aço? de plástico? de borracha? de pedra? de folha? Teoricamente (e de fato!) sim. O que [+sola dura] e [+feito de couro] contribuem são traços das instâncias mais *prototípicas*, ou seja, os exemplos que mais bem representam a categoria e provavelmente são mais bem conhecidos.

---

<sup>16</sup> O dicionário poderia minimizar essa ambigüidade dizendo algo assim: 'sapato, sandália, bota, etc.' Dessa forma, ficaria mais claro que essas palavras são hipônimos de 'calçado'.

### 5.3.3 Sinonímia e antonímia

Vamos voltar a falar de sinonímia. Lembrem que existe um campo no verbete destinado a listar palavras “com o mesmo significado”. Na verdade, é extremamente raro nas línguas naturais achar pares de palavras que têm *exatamente* o mesmo significado. Já vimos que os sinônimos 'calvo' e 'careca' nem sempre são substituíveis. No exemplo de 'rupestre', acima, vimos que um sinônimo seria 'litófilo'. Mas litófilo só pode substituir 'rupestre' em alguns casos; não se diz “arte litófila”, e nem que 'litófila' é uma espécie de videira.

Mesmo assim, é conveniente relacionar palavras quase-sinônimas, que têm significados próximos, porque isso nos ajuda a escolher as palavras mais bem adaptadas à nossa necessidade. Quanto mais sinônimos uma língua tem, mais rica e expressiva ela é! Mais recursos ela fornece aos usuários para criar os efeitos desejados. Veja a quantidade de maneiras de dizer 'bebedeira' em português. Cada uma dessas palavras tem seu “sabor” especial; algumas são mais sofisticadas, outras mais toscas; algumas mais longas, outras mais curtas; algumas mais difundidas, outras mais regionais; algumas bem atuais e outras até arcaicas:

beba, bêbada, bêbeda, bebedice, berzunda, berzundela, bicancra, bico, borracheira, borrachice, bruega, cabeleira, cachaceira, cacharamba, camoeca, caunheca, carapanta, cardina, caroça, carpanta, carraspana, champurrião, chuma, crapiela, doeira, dosa, ebriedade, ebriez, ema, embriaguez, escaração, fogo, ganso, gardenhola, gata, gatosa, grossura, jorna, lequeça, lequésia, lequéssia, mela, moafa, mona, peleira, peludo, perua, perunca, piela, pifa, pifão, pileque, pilhona, piojota, piteira, pizorga, porco, porre, prego, pua, raposeira, rasca, rosca, samatra, taçada, tachada, tiaporanga, tiorga, toda, tortelia, trabuzana, trapizonda, tronco, tropecina, truaca, vinhaça, vinho, xumberga, zangurriana, zangurrina, zerenamora, zola, zuca.

Procurar os sinônimos é uma maneira excelente de aumentar o vocabulário. Existem até dicionários só de sinônimos, como o *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos*. Dicionários de sinônimos são bons amigos dos escritores e tradutores!

## 5.4 Ambigüidades

### 5.4.1 O que é uma ambigüidade?

Ambigüidade é a característica das expressões lingüísticas que apresentam mais de um sentido. No curso de Sintaxe que vocês fizeram, vocês aprenderam que um dos fatores que criam ambigüidade é a possibilidade de a sentença poder ser analisada sintaticamente de duas maneiras diferentes. No curso de Introdução aos Estudos Lingüísticos, vocês aprenderam que, além da ambigüidade sintática, pode ocorrer ambigüidade causada por fatores semânticos. Dentre esses fatores, neste curso, ressaltamos a possibilidade de um item lexical ter dois ou mais sentidos diferentes. Quando isso acontece, estamos diante de um dos seguintes fenômenos: homonímia e polissemia.

### 5.4.2 Homonímia

Como vocês já aprenderam, o signo lingüístico é o resultado da associação de um significado (um conceito) a um significante (uma seqüência de sons ou gestos). Algumas vezes, acontece de uma mesma seqüência de sons (ou gestos) ter significados diferentes. Quando isso acontece, estamos diante de signos chamados *homônimos*. Signos homônimos podem ser definidos como aqueles que têm significantes iguais (são pronunciados da mesma maneira), mas têm significados distintos. O exemplo clássico do português é a palavra ; 'manga', que aparece na seguinte sentença:

(39) A manga já está cortada.

Essa sentença pode ser entendida de duas maneiras: ou que a manga de uma camisa já está cortada e está pronta para ser montada e costurada, ou que a fruta chamada manga já está cortada e está pronta para ser comida. Isso acontece porque o português tem duas palavras que têm a mesma seqüência de sons, a mesma pronúncia, mas que têm significados diferentes.

Normalmente, o contexto em que a sentença é pronunciada nos ajuda a perceber qual é o significado que está em jogo. Ou seja, o contexto ajuda a desfazer a ambigüidade que uma palavra que tem homônimos poderia gerar. Se usarmos uma sentença como (39) em um ateliê de costura, com quase toda certeza vamos estar nos referindo à parte de uma camisa. Por outro lado, quem fizer referência a uma manga cortada em uma cozinha, provavelmente vai estar falando da fruta. Desse modo, em um grande número de situações, os falantes de português não têm problema em saber qual é o signo que está sendo usado em um determinado contexto. Os signos homônimos são percebidos como signos diferentes.

Há homônimos que pertencem à mesma classe gramatical, e há homônimos que pertencem a classes gramaticais diferentes. 'Manga', por exemplo, é sempre um substantivo, quer seu significado seja a parte da camisa ou a fruta.

Mas considere, agora, a palavra 'passe', por exemplo. 'Passe' pode significar um documento que permite a nossa entrada em algum lugar sem pagar, ou pagando com desconto, como na seguinte sentença:

(40) Eu tenho um **passe** que me permite não pagar o ônibus.

Nesse caso, 'passe' é um substantivo. Mas, observe agora a seguinte situação:

(41) Quando o Pedro estava me dando as instruções para chegar à escola, ele me disse: “Não **passe** por cima do viaduto; pegue a avenida que sai pela lateral.”

Nesse caso, 'passe' é a forma do imperativo do verbo 'passar'. O significante é igual ao da palavra ressaltada no exemplo (40), mas 'passe' de ônibus é substantivo, e 'passe' do verbo 'passar' é verbo.

Existem também casos de homônimos que são escritos de maneira diferente. Os exemplos clássicos são:

- (42) **sinto** - (1ª.pessoa do singular do presente do indicativo do verbo 'sentir' e **cinto** (que usamos para segurar as calças).
- (43) **sessão** (de cinema); **seção** (repartição de um órgão público, como em “seção de alunos”); e **cessão** (do verbo ceder, que significa transferir a alguém direitos a uma posse ou propriedade).

#### 5.4.3 Polissemia

Um outro fenômeno lingüístico que está relacionado à ambigüidade semântica é a *polissemia*. Um exemplo clássico de polissemia é a palavra 'banco', nos seguintes contextos:

- (44) Colocaram uma bomba no **banco** do lado da casa da Maria.
- (45) Este **banco** foi fundado em 1890.
- (46) Meu **banco** me trata muito bem.

A diferença entre homonímia e polissemia é bastante difícil de ser explicitada. Em geral, consideram-se homônimos palavras que são historicamente derivadas de fontes lexicais diferentes, e que, durante seu percurso histórico, sofreram mudanças e acabaram com a mesma forma. Os diferentes significados de palavras homônimas não têm nenhuma relação entre si. Expressões polissêmicas, por outro lado, têm uma única fonte lexical, e são resultados de processos de extensão de significados. Nas sentenças entre (44) e (46), o signo 'banco' tem três sentidos um pouco diferentes, mas todos relacionados entre si: em (44), estamos tratando de um prédio comercial, em que uma instituição financeira presta um determinado tipo de serviço; em (45), estamos falando de uma instituição financeira; e, em (46), estamos falando do relacionamento que a instituição financeira mantém com seus clientes. Nesses casos, fala-se que uma interpretação é uma extensão do significado da outra. Assim, por exemplo, chamamos 'banco' não só um determinado tipo de instituição, mas também o prédio em que essa instituição funciona e os funcionários que lá trabalham.

Nos dicionários, os homônimos ganham entradas separadas, enquanto os sentidos polissêmicos de um determinado item lexical são listados sob a entrada desse item. Mas, como dito acima, a distinção entre homonímia e polissemia nem sempre é clara e existe muita discussão entre os semanticistas a esse respeito.

Considere, agora, os seguintes exemplos com a palavra 'cabeça'.

- (47) O Pedro bateu a **cabeça** quando caiu.
- (48) A nova aluna tem uma boa **cabeça**.
- (49) A ministra é a **cabeça** do novo projeto econômico.
- (50) Vou à feira porque preciso comprar 3 **cabeças** de alho.

(51) A **cabeça** deste prego está meio torta.

Nessas quatro sentenças, a palavra *cabeça* é usada com sentidos um pouco diferentes, mas todos relacionados entre si. Na sentença (49), 'cabeça' se refere à parte mais alta do corpo humano. Na sentença (50), o sentido da palavra 'cabeça' foi estendido para significar algo como inteligência; não se trata da parte física do corpo, mas do funcionamento do órgão que lá se localiza. Em (51), estamos diante de uma nova extensão: 'cabeça' agora significa a pessoa que idealizou o projeto econômico, que usou seu cérebro, sua inteligência e seu conhecimento para conceber o projeto e que é a líder do projeto. Em (50) e (51), a palavra 'cabeça' é estendida para significar uma unidade de alho e uma parte do prego.

A polissemia se distingue, então, da homonímia, porque os diferentes significados de uma palavra polissêmica são todos bastante relacionados, histórica e conceitualmente. As relações entre esses diferentes significados são fruto de algumas propriedades de nossa cognição que são fundamentais para a conceitualização semântica.

## Unidade 6: Dêixis e atos de fala

### 6.1 Introdução

Vocês lembram que, na Unidade 1, nós mencionamos que algumas correntes teóricas fazem uma separação rígida entre o estudo do significado das expressões lingüísticas analisado fora de contextos de uso, e o estudo do significado das expressões em situações de uso. O exemplo que nós demos foi o de uma sentença como a seguinte:

(52) A porta está aberta.

Naquela oportunidade, vimos que essa sentença tem um significado fora de contexto, designando uma situação no mundo em que a porta está aberta. Mas, ela pode apresentar diferentes significados quando levamos em conta o contexto em que ela é usada: em uma sala de aula, ela pode ser um convite para um aluno se retirar, pode ser um convite para um aluno entrar, pode ainda ser uma sugestão para que a porta seja fechada. Ainda, outro dia mesmo, um de nós ouviu uma pessoa usar essa mesma sentença, esfregando os braços e caminhando de um lado para outro, mostrando que ela estava com frio. Nesse contexto, o uso dessa sentença era uma justificativa que a pessoa estava dando para sua inquietude em relação ao frio que fazia na sala.

Na Unidade 1, vimos, então, que as teorias que fazem essa divisão consideram que o estudo do significado lingüístico deve ser feito sem levar em consideração o contexto de uso. Nesse caso, o significado seria o objeto específico da Semântica. Diferentemente, o estudo do significado das expressões lingüísticas em contextos de fala é o objeto específico da Pragmática.

Entretanto, ao longo de todo o curso, procuramos mostrar como é difícil isolar o estudo da significação do contexto de uso. Teorias lingüísticas modernas têm preferido entender que o estudo do significado lingüístico é semântico e pragmático, ao mesmo tempo, na medida em que as conceitualizações que fazemos de palavras, de sentenças e de textos são sempre alicerçadas em nossa experiência e em nosso conhecimento enciclopédico. Portanto, é praticamente impossível dar conta da significação sem levar em conta informações extra-lingüísticas, relacionadas à nossa experiência, ao nosso conhecimento, e ao contexto em que as expressões lingüísticas são usadas.

O entendimento de que não se deve separar Semântica de Pragmática é bastante recente. Aliás, se examinarmos a história da Lingüística, vamos ver que a Semântica reinou sozinha, por muito tempo! A Pragmática é uma área bastante nova da Lingüística. Foi apenas a partir da segunda metade do século XX, que os estudiosos da linguagem passaram a ter interesse por alguns fenômenos que não poderiam ser compreendidos se tentássemos explicá-los isoladamente, sem levar em conta o contexto em que eles eram usados. Entre eles, estão as **expressões dêiticas** e **os atos de fala**, que vamos estudar a seguir.

## 6.2 Expressões dêiticas

No curso de Introdução aos Estudos Lingüísticos, vocês já foram apresentados brevemente ao fenômeno da dêixis. Exemplos de expressões dêiticas são verbos como *trazer, levar, ir, vir*, advérbios como *hoje, ontem, amanhã, aqui, aí, lá*, pronomes pessoais, como *eu* e *você, nós* e *vocês*, e pronomes demonstrativos, como *este, esse, aquele*.

‘Dêixis’ é uma palavra que vem do grego e significa “a ação de mostrar”. As expressões acima listadas são chamadas dêiticas precisamente porque *mostram* ou *apontam* uma pessoa, um lugar ou um tempo, sempre tomando como ponto de referência o momento da enunciação. Enunciação é a ação de falar alguma coisa, oralmente, em sinais ou por escrito. Mais tecnicamente, podemos definir enunciação como o ato de produzir enunciados, que são as realizações lingüísticas concretas.

A dêixis, ou a ação de apontar por meio do uso da língua, pode ser de três tipos:

- dêixis de pessoa: ocorre quando usamos os pronomes pessoais de 1ª. e 2ª. pessoa - *eu, você, nós, vocês*
- dêixis de lugar: ocorre quando usamos palavras como *aqui, aí, lá, este, esse, aquele, trazer, levar, vir, ir*
- dêixis de tempo: ocorre quando usamos advérbios como *hoje, ontem, amanhã*

As expressões dêiticas têm um conteúdo propriamente semântico (ou seja, um significado que não depende do contexto em que elas são usadas), mas só chegam a ter um significado pleno em uma determinada enunciação (ou seja, em um contexto de uso particular). É só na enunciação que essas expressões conseguem fazer referência, ou seja, designar uma determinada pessoa, um determinado tempo, ou um determinado lugar.

Por exemplo, *eu* é o pronome pessoal de 1ª pessoa do singular, ou seja, o pronome usado para a pessoa que fala se referir a si mesma. Do mesmo modo, o pronome  *você*  é o pronome pessoal de segunda pessoa, ou seja, é o pronome usado para que a pessoa que fala se refira a seu interlocutor. Entretanto, o significado total dos pronomes *eu* e  *você*  só pode ser entendido em um determinado contexto de uso. Só sabemos qual é o referente dos pronomes *eu* e  *você*  quando estamos diante de uma enunciação—uma situação de discurso específica. Considerem, por exemplo, o seguinte diálogo:

- (53) O João disse à Maria:  
--Eu quero me casar com você.  
E Maria respondeu:  
--O problema é que eu não quero me casar com você.

Na fala de João, o pronome *eu* (em itálico) se refere ao João, e o pronome  *você*  (em itálico) se refere à Maria. Na resposta que a Maria deu ao João, a situação se inverte: o pronome **eu** (em negrito) se refere à Maria, e o pronome  **você**  (em negrito) se refere ao João.

Vejam, então, que o significado pleno dos pronomes *eu* e *você* (e também *nós* e *vocês*) varia a cada enunciação. Ou seja, em cada situação de fala, esses pronomes vão fazer referência a diferentes pessoas.

Agora considerem o seguinte enunciado.

- (54) **Ontem** choveu no fim da tarde e refrescou um pouco. Mas **hoje** já está quente de novo. Parece que **hoje** não vai chover. O noticiário disse que chuva, de novo, só **amanhã**.

De um ponto de vista estritamente semântico, os significados das palavras em negrito são os seguintes: *hoje* é o dia em que se fala; *ontem* é o dia anterior ao dia em que se fala; e *amanhã* é o dia seguinte ao dia em que se fala. Mas, quando vocês estiverem lendo este texto, vocês não vão conseguir saber a que dia nós estamos nos referindo, no enunciado que criamos acima, porque palavras como *hoje*, *ontem* e *amanhã* só podem ter sua referência estabelecida por relação a uma situação de discurso específica. Ou seja, vamos imaginar que tenhamos criado esse enunciado numa 2<sup>a</sup>. feira, dia 07 de janeiro de 2008. A expressão *hoje* faria referência, então, a essa 2<sup>a</sup>. feira, 07 de janeiro. *Ontem*, faria referência ao dia 06 de janeiro, um domingo, e *amanhã* faria referência ao dia 08 de janeiro, uma 3<sup>a</sup>. feira. Entretanto, se tivermos criado esse enunciado numa 6<sup>a</sup>. feira, dia 16 de maio de 2008, a expressão *hoje* vai passar a fazer referência a essa 6<sup>a</sup>. feira, 16 de maio, *ontem* passa a fazer referência ao dia 15 de maio, uma 5<sup>a</sup>. feira, e *amanhã* passa a fazer referência ao dia 17 de maio, um sábado.

Vejam, agora, a seguinte conversa telefônica entre dois amigos, Pedro e Ana. O Pedro está em Curitiba e a Ana está em São Paulo:

- (55) O Pedro diz para a Ana:  
--*Aqui* tá muito frio. Como tá o tempo *aí*?  
A Ana responde:  
--*Aqui* tá frio também. Mas ontem eu fui pra o litoral, e *lá* tava bem quente.

Nessa conversa, temos vários exemplos de dêixis de lugar. Temos, primeiramente, os advérbios *aqui*, *aí* e *lá*. Do ponto de vista estritamente semântico, *aqui* é o lugar em que está a pessoa que fala (ou seja, a 1<sup>a</sup>. pessoa); *aí* é o lugar em que está o seu interlocutor (ou seja, a 2<sup>a</sup>. pessoa); e *lá* é qualquer lugar distante tanto da pessoa que fala, quanto de seu interlocutor.

No primeiro enunciado de Pedro, a expressão *aqui* faz referência ao lugar em que o Pedro está, ou seja, a cidade de Curitiba. Isso porque o Pedro é a pessoa que está falando, e *aqui* é o advérbio relativo ao lugar da pessoa que fala. Por outro lado, a expressão *aí* faz referência a São Paulo, que é a cidade em que está a Ana. Isso porque a Ana é a interlocutora de Pedro (é a pessoa com quem ele está falando) e *aí* é o advérbio que designa o local em que está o interlocutor de uma enunciação.

Entretanto, quando Ana usa a expressão *aqui*, será que ela está se referindo a Curitiba? Não, ela está se referindo a São Paulo, porque ela, que é a pessoa

que está falando desta vez, está em São Paulo. Vejam, então, que, apesar de *aqui* significar o lugar em que está a pessoa que fala, a cada enunciação sua referência vai variar.

Vejam, também, que, quando Ana faz referência ao litoral, ela usa o advérbio *lá*. Por que? Porque nem a Ana (que é a pessoa que fala), nem o Pedro (que é seu interlocutor) estão no litoral, e *lá* é justamente o advérbio que usamos para fazer referência a um local distante do local em que estão a pessoa que fala e seu interlocutor.

Observem, agora, a continuação da conversa telefônica entre Pedro e Ana:

(56) O Pedro diz:

--Quando você *vier*, você poderia *trazer* alguns cobertores?

A Ana responde:

--Sim, quando eu *for* pra aí, eu *levo* todos os cobertores.

Nessa parte da conversa, temos exemplos de verbos dêiticos. Pedro usa os verbos *vir* e *trazer*. O que significam esses verbos? *Vir* significa "realizar um deslocamento até o lugar em que está a pessoa que fala". *Traz* significa "transportar algo para o lugar em que está a pessoa que fala". Por isso, quando Pedro usa esses verbos, eles adquirem o significado específico de deslocamento e transporte para Curitiba, e não para outro lugar. Se Pedro estivesse em Belo Horizonte, as ações expressas pelos verbos *vir* e *trazer* teriam como ponto final a cidade de Belo Horizonte, e não mais Curitiba.

Observem, agora, a resposta de Ana. Ela usa os verbos *ir* e *levar*. Esses verbos são semelhantes aos verbos *vir* e *trazer*, mas ao invés de significarem um deslocamento ou transporte **até** o local em que está a pessoa que fala, significam um deslocamento ou transporte **a partir do** local em que está a pessoa que fala. Portanto, para conceitualizarmos as ações expressas na fala da Ana, temos que levar em conta que o ponto de partida dessas ações é São Paulo. Se a Ana estivesse em outra cidade, como Porto Alegre, por exemplo, teríamos que conceitualizar essas ações como tendo início em Porto Alegre.

Vejam, então, que as expressões dêiticas são exemplos contundentes de que o estudo da significação não pode se limitar à análise das expressões fora de seu contexto de uso. Seu significado depende, em grande medida, das características da enunciação, ou seja, de fatores como: quem é a pessoa que está falando e quem é a pessoa que está sendo a interlocutora dessa fala; qual é o local em que estão a pessoa que fala e seu interlocutor; e em que tempo essa fala está sendo enunciada.

O estudo da dêixis nas línguas de sinais é particularmente interessante, por causa dos chamados *verbos direcionais*, como PERGUNTAR, RESPONDER, AJUDAR, etc. Esses verbos são verbos dêiticos. A cada diferente enunciação, eles apontam ou para a pessoa que fala, ou para seu interlocutor, ou para os dois, ou para uma terceira pessoa, diferente tanto da pessoa que fala, quanto de seu interlocutor. Além disso, a forma do verbo muda, dependendo do local do espaço de sinalização em que o falante e seu interlocutor se encontram.

Sendo assim, a significação precisa desses verbos só pode ser analisada tomando por base a situação de enunciação.

### 6.3 *Atos de fala*

Nesta seção, vamos reforçar a idéia que vimos desenvolvendo desde o início do curso, de que, para entender totalmente o significado das expressões lingüísticas, precisamos levar em consideração não só seu significado semântico (ou “literal”), mas também o nosso conhecimento de mundo, e o contexto em que as expressões são usadas. Nós vamos ver que, no uso, a língua sempre serve para alguma coisa. Ela é sempre um **ato** (e é por isso que a seção é chamada *atos de fala!*). Para termos um maior entendimento do significado das expressões lingüísticas, precisamos ver para o quê elas estão servindo, em um determinado contexto.

Essa idéia de que a língua em uso é um ato se deve ao filósofo John L. Austin<sup>17</sup>. Foi Austin quem primeiro enfatizou a idéia de que a análise da significação de qualquer ato comunicativo lingüístico não pode deixar de levar em conta o fato de que, ao realizar esse ato, o falante tem a intenção de obter algum efeito. Desse modo, por um lado, esse ato tem um significado literal, ou seja, um significado propriamente semântico, que descreve uma situação ou um evento no mundo, mas tem também um outro significado que está associado ao que queremos que aconteça em consequência daquele ato comunicativo. Esse outro significado é chamado *ato ilocucionário*.

Para entender mais, vamos voltar à sentença com a qual começamos nosso curso:

(57) A porta está aberta.

Vocês já sabem que essa sentença tem um significado literal, ou seja, ela é a descrição de uma situação em que a porta está aberta. Trata-se apenas de uma constatação. Entretanto, como ato ilocucionário, ela apresenta várias possibilidades, dependendo do contexto em que ela é usada, como vimos na Unidade 1: ela pode ser um convite a sair ("Eu convido vocês a sair da sala"); pode ser um convite a entrar ("Eu convido vocês a entrar na sala"); pode ser um pedido para que a porta seja fechada por causa do barulho ("Eu peço que você feche a porta para diminuir o barulho"); pode, ainda, ser uma justificativa ("Eu justifico o barulho pelo fato de a porta estar aberta").

Vamos ver um outro exemplo. Imaginemos que estejamos tentando fazer um aluno prestar atenção à aula, mas ele só quer saber de brincar e conversar com os coleguinhas. Dizemos, então, para ele:

(58) Você não vai descer para o recreio.

---

<sup>17</sup> Ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/John\\_Langshaw\\_Austin](http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Langshaw_Austin)>. Para ver uma foto do filósofo, ver o artigo em inglês: <[http://en.wikipedia.org/wiki/J.\\_L.\\_Austin](http://en.wikipedia.org/wiki/J._L._Austin)>.

Esse ato de comunicação pode ser desmembrado em suas duas facetas. Por um lado, ele expressa o significado literal do enunciado, ou seja, ele é apenas uma constatação do fato de que o aluno não vai descer para o recreio. Mas ele é também um ato ilocucionário, e, nesse sentido, ele realiza uma ação: trata-se de uma ameaça para o aluno. É como se disséssemos algo como "Eu estou te ameaçando: você não vai descer para o recreio se você não parar!"

Será que existem, na língua, afirmações puramente *constativas*, ou seja, afirmações que apenas descrevem uma determinada situação ou evento? Será que existe algum contexto em que, se dissermos uma sentença como (57), vamos estar simplesmente fazendo uma constatação, sem que estejamos, ao mesmo tempo, realizando uma ação? É possível que sim, mas esses vão ser contextos muito limitados. Um que nos ocorre é aquele em que fazemos a descrição de uma sala que estamos observando, por exemplo:

- (59) A sala é retangular. Há um sofá de 3 lugares encostado em uma de suas paredes mais longas. De cada lado do sofá, há uma pequena mesa com um abajur. O sofá fica de frente para uma enorme janela, que dá vista para o jardim. Do lado esquerdo, fica uma enorme porta de madeira de lei. **A porta da sala está aberta.** Por ela, podemos ver um longo corredor escuro...

Fora esse, em todos os demais contextos, mesmo os mais banais, uma afirmação como essa vai realizar uma ação. Considere uma situação em que você entra em sua sala e se surpreende ao ver lá uma pessoa que você não conhece. Essa pessoa diz:

- (60) --Eu tomei a liberdade de entrar. **A porta estava aberta.**

Será que, nesse caso, temos uma mera constatação? Não! A pessoa está oferecendo uma justificativa para ter entrado na sala. Portanto, ela está realizando uma ação.

Austin, então, tem razão quando diz que o estudo do significado das expressões lingüísticas não pode se limitar à parte propriamente semântica da significação, devendo incluir sempre a parte ilocucionária dos enunciados. Tomando por base os exemplos que acabamos de estudar, podemos, pelo menos, ver que, tecnicamente, existe a possibilidade de separação dos dois tipos de significados. Mas Austin mostrou que existe um tipo de enunciado que não tem uma parte constativa, ou seja, que não faz uma descrição de uma situação ou de um evento. Ele é a própria realização de uma ação. Esse tipo de enunciado é chamado *performativo*. Observem as seguintes sentenças:

- (61) Eu lamento que isso tenha acontecido.  
(62) Juro que não vou sair.  
(63) Prometo que vou parar de fumar.  
(64) Declaro aberta a sessão de entrega de diplomas.  
(65) Aposto que o Pedro não vai à festa da Maria.

O que se verifica nessas sentenças é que os atos de lamentar, de jurar, de prometer, de declarar, de apostar se realizam especificamente quando a afirmação é enunciada. Ou seja, nessas sentenças, não estamos descrevendo lamentos, juramentos, promessas, declarações, apostas. Nós estamos, justamente, realizando esses atos por meio da enunciação dessas sentenças.

Para que essa idéia fique mais clara, comparem as sentenças acima com as seguintes sentenças:

- (66) A Cecília lamentou que isso tivesse acontecido.
- (67) O Pedro jurou que não ia sair.
- (68) O Luiz prometeu que ia parar de fumar.
- (69) O diretor da escola declarou aberta a sessão de entrega de diplomas.
- (70) A Regina apostou que o Pedro não vai à festa da Maria.

As sentenças entre (66) e (70) são, essas sim, descrições de situações em que houve um lamento, um juramento, uma promessa, uma declaração e uma aposta. Elas não podem ser entendidas como atos de lamentação, de juramento, etc. Quaisquer que sejam seus significados ilocucionários – ou seja, quaisquer que sejam os motivos pelos quais um falante tenha resolvido usar esses enunciados, eles sempre vão ter uma parte que é a descrição de um estado-de-coisas. Não é isso o que acontece nas sentenças entre (61) e (65): elas *criam* um lamento, um juramento, uma promessa, uma declaração, uma aposta.

Os enunciados performativos são ações que podem ter reflexos importantes em nossas vidas. Por exemplo, pensem no casamento civil. Trata-se de um contrato entre o Estado e duas pessoas. Os noivos podem fazer tudo o que o contrato exige: podem apresentar todos os documentos necessários, podem comparecer diante do juiz, podem ter as testemunhas, podem dizer que aceitam passar o resto da vida um com o outro. Mas eles só vão estar efetivamente casados depois que o juiz disser:

- (71) --Eu vos declaro marido e mulher.

Os enunciados performativos aparecem em geral no presente do indicativo e na 1<sup>a</sup>. pessoa do singular. Mas há performativos que aparecem na 2<sup>a</sup>. ou na 3<sup>a</sup>. pessoa, como nos exemplos abaixo:

- (72) Você está proibido de sair hoje à noite.
- (73) Os alunos da 3<sup>a</sup>. série estão autorizados a fazer a prova em casa.

Nesses casos, estamos realizando uma proibição e uma autorização, sem dizer "Eu te proíbo de sair", ou "Eu autorizo os alunos a fazer a prova em casa".

#### **6.4 Conclusão**

Nesta Unidade, vimos alguns tipos de expressões lingüísticas que não têm significação plena fora de contexto. Primeiramente, estudamos os dêiticos. É na enunciação que os dêiticos se instauram e apontam para uma pessoa, um tempo ou um lugar. A seguir, apresentamos as idéias de Austin, que considera que expressões lingüísticas usadas em atos comunicativos são ações. Vimos que os enunciados têm uma faceta ilocucionária, ou seja, servem para a realização de uma ação. Vimos, também, que os enunciados performativos são um exemplo extremo de ação realizada por meio da língua. Sem língua, não há promessas, juramentos, declarações, etc.